

APVC – ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE VIANA DO CASTELO, S.A.

Relatório
e Contas

2009

ÍNDICE

Cap. I – RELATÓRIO DE GESTÃO.....	4
0. INDICADORES.....	4
1. INTRODUÇÃO.....	5
2. A EMPRESA EM 2009.....	6
3. ACTIVIDADE PORTUÁRIA.....	8
4. RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO.....	13
5. MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS.....	16
6. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO.....	17
7. INVESTIMENTO.....	18
8. IMPARIDADE.....	19
9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	20
10. ÓRGÃOS DE GESTÃO.....	24
11. GESTÃO DE RISCO.....	24
12. PERSPECTIVAS FUTURAS.....	25
13. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	26
Cap. II – BALANÇO, DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS E FINANCEIRAS.....	28
Cap. III – ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	35
Cap. IV – RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE.....	52

Relatório e Contas

2009

RELATÓRIO DE GESTÃO

Cap. I – RELATÓRIO DE GESTÃO

0. INDICADORES

SECTORES	UNIDADE	2009
TRÁFEGO PORTUÁRIO		
ESCALAS DE NAVIOS AO PORTO	n.º	167
TOTAL DE CARGA MOVIMENTADA	Ton.	406.058
QUOTA DE MERCADORIAS NO MERCADO NACIONAL		
	%	0,7%
PESSOAL		
TRABALHADORES	n.º	46
TAXA DE ABSENTISMO	%	1,31%
INVESTIMENTO		
CAPITAL INVESTIDO	Euros	340.527
FUNDOS PRÓPRIOS	Euros	36.848
OUTROS FUNDOS	Euros	303.679
FINANÇAS		
VOLUME DE NEGÓCIOS (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)	Euros	1.447.461
RESULTADOS OPERACIONAIS	Euros	147.580
RESULTADOS LÍQUIDOS	Euros	106.769
CASH-FLOW	Euros	2.512.109
AUTONOMIA FINANCEIRA ⁽¹⁾	-	0,33
RENTABILIDADE DAS VENDAS ⁽²⁾	%	10,2%
RENTABILIDADE DOS CAPITAIS PRÓPRIOS ⁽³⁾	%	6,0%

⁽¹⁾ Capital Próprio / Activo Total Líquido

⁽²⁾ Resultados Operacionais/Prestação de Serviços

⁽³⁾ Resultados Líquidos / Capitais Próprios

1. INTRODUÇÃO

A APVC, SA teve em 2009 o seu primeiro ano efectivo de funcionamento, após publicação do Decreto-Lei nº 211/2008, de 3 de Novembro, que criou a Empresa sobre a forma de sociedade anónima, de capitais exclusivamente públicos assegurados pela APDL, SA que é, assim, o seu único accionista. De acordo com o Artigo 19º do referido Decreto-Lei, até à primeira eleição dos órgãos sociais, que ocorreu no dia 8 de Janeiro de 2009, a gestão corrente do porto foi assegurada pelo IPTM, IP.

Sendo 2009 o primeiro ano de funcionamento da empresa é possível estabelecer comparações em termos de movimentação e estatística portuária, com anos anteriores, mas o mesmo já não se poderá fazer em relação a indicadores de gestão, financeiros ou outros.

As primeiras e principais tarefas foram definir o modelo organizacional e a estrutura de gestão, decidir sobre as tarefas e áreas que podem ser partilhadas com a APDL, SA e aquelas em que a APVC, SA tem capacidade de decisão e execução autónoma. É uma Empresa que vai tirar partido de uma gestão em rede, aproximando o seu paradigma funcional o mais possível do seu accionista único mas utilizando a autonomia para se ajustar às diferentes condições de operação e de mercado locais.

Também foi importante definir uma estratégia de médio prazo capaz de tirar partido de infra-estruturas de elevado potencial mas servidas por equipamento obsoleto, acessibilidade marítima muito degradada e em grande e continuada perda de carga. A APVC, SA encomendou um “Plano de Acção para a Modernização e Melhoria da Competitividade do Porto de Viana do Castelo” 2009-2016, elaborado pelo Engº Professor José Luís Estrada Llaquet que estabelece as bases para a recuperação do porto comercial e sua projecção no território de influência.

Os objectivos da Empresa definidos e aprovados no Plano de Acção 2009-2016 são claramente atingir a sustentabilidade apenas obténivel pelo aumento da movimentação de cargas, fixação dos actuais clientes e conquista de novos clientes e cargas, equilibrar a relação entre cargas e descargas e concessionar, numa primeira fase, tudo aquilo que é melhor feito por privados.

É o caso da concessão das marinas, junto ao casco histórico da cidade, processo iniciado em Maio e que se presume possa vir a confirmar no primeiro semestre de 2010, por período de 30 anos.

O ano de 2009 foi, portanto, um ano de definição de novos caminhos cruzando o aliciante e motivador que é pensar de novo e se possível melhor com as dificuldades e agitação que as mudanças sempre imprimem nos agentes. Mas, a estas alterações, houve que somar as dificuldades que a crise internacional nos mercados financeiros trouxe ao comércio marítimo que rapidamente se ressentiu disso. O porto comercial de Viana do Castelo que já se encontrava em perda acelerada de cargas desde 2006,

teve de resistir ao decréscimo de movimentação reduzindo ao mínimo indispensável todas as despesas de funcionamento e manutenção.

A avaliação da situação económico-financeira da APVC, tendo por base informação da anterior entidade gestora, estudos elaborados por entidades independentes no âmbito da sua constituição e as projecções efectuadas para o triénio, demonstrou a impossibilidade da empresa gerar benefícios económicos futuros, no curto e médio prazo. No último trimestre, a APVC desenvolveu um estudo previsional das suas Demonstrações Financeiras, estudo esse que levou ao reconhecimento de uma perda por imparidade sobre os seus activos na ordem dos 98%.

A partir de Outubro começou a verificar-se alguma retoma que os meses seguintes confirmaram. O último trimestre do ano trouxe a movimentação de carga para números semelhantes e equiparáveis a igual período de 2005/2006.

2. A EMPRESA EM 2009

No seu primeiro ano de funcionamento em 2009, a APVC potenciou e participou em diversos acontecimentos que lhe permitem chegar ao final do ano com;

- Um perfil estratégico construído a partir da sua missão e objectivos estratégicos;
- Um conjunto de investimentos estruturados para o futuro próximo;
- A construção de uma nova imagem que começa a ser percebida pelo mercado.

No âmbito da estratégia e Plano de Acção elaborados durante 2009, concretizou-se que a missão do Porto de Viana do Castelo (PVC) será:

“Servir os seus clientes e tráfegos existentes, criando as melhores condições para o serviço prestado, que facilitem a recuperação e a captação de novas cargas, assim como as condições de localização de actividades económicas de forma integrada e sustentável”

Apesar de um âmbito alargado, fica claro que a finalidade do Porto de Viana do Castelo será a de se concentrar nas cadeias logísticas dos clientes que hoje serve, procurando aumentar a sua relevância nessas cadeias logísticas e ser um factor de atracção e localização de novas actividades económicas.

Os objectivos gerais de desenvolvimento do porto de Viana do Castelo estão definidos segundo seis grandes linhas estratégicas:

- Crescimento do tráfego com base na fidelização dos tráfegos actualmente existentes, pela captação de novos tráfegos e na progressiva integração nos projectos logísticos da região;
- Ter boas condições de operação e ser eficiente na manipulação das cargas que passam pelo Porto de Viana do Castelo;
- Ser auto-suficiente do ponto de vista económico mantendo a disponibilidade de ajudas nacionais e comunitárias para os investimentos;
- Aumentar a oferta de infra-estruturas através do apetrechamento do porto com novos equipamentos de movimentação de cargas e melhorar os acessos marítimos e terrestres;
- Ser competitivo nos preços praticados e, cumprindo com rigor as regras de concorrência e sem perder de vista a sustentabilidade financeira, fazer dos preços baixos um factor de competitividade;
- Integrar-se na envolvente urbana e natural, rentabilizando a exploração do património que constitui o domínio público marítimo (DPM) partilhado com o meio urbano.

Estes objectivos amarram o PVC ao dever de crescer e aumentar as suas receitas. Deverá fazê-lo, num primeiro momento, através da sua eficiência, da competitividade dos preços praticados, do apoio público para a globalidade dos investimentos necessários e da procura de receitas na gestão dominial. Posteriormente, a afirmação do Porto passará pela conquista progressiva de uma autonomia e dimensão que lhe possibilite concessionar a operação portuária, aumentar a oferta infra-estrutural e de equipamentos e reforçar a relação com a cidade aproveitando o potencial de receitas que possam advir de uma gestão criteriosa dos espaços dominiais.

Foi com base nestes pressupostos que no ano de 2009, para além de um conjunto alargado de decisões de gestão interna que visaram controlar com rigor o quotidiano da empresa, se tomaram um conjunto de decisões com impacto na comunidade:

- A execução das dragagens necessárias ao restabelecimento das condições de segurança para a navegação;
- O lançamento do concurso entre os interessados para a concessão por 30 anos das marinas da margem direita do Lima, na frente da cidade;
- O projecto para o novo porto de pesca, libertando a marina atlântica para fins mais urbanos; e
- A aquisição de uma nova lancha de pilotos.

Com estas intervenções, o PVC começou no final do ano a ser procurado por potenciais clientes, bem como a ser considerado como um parceiro relevante para a cidade e a comunidade inter-urbana.

A edição do Guia do Porto e o site da APVC são formas de contactar com o exterior que dão uma melhor imagem do porto de mar, bem como o início do esforço de contacto com clientes actuais e potenciais.

3. ACTIVIDADE PORTUÁRIA

Enquadramento

O porto de Viana do Castelo registou em 2009 um significativo decréscimo da sua actividade, quer no que respeita à movimentação global de mercadorias, quer no que se refere ao número de navios que escalaram o porto. Esta diminuição, da ordem das 69.446 toneladas e de 22 em número de navios, justificou-se principalmente pelos reflexos decorrentes da conjuntura económica a nível nacional e internacional. De uma forma geral, todos os clientes do PVC diminuíram as exportações e as importações de cargas.

Movimento de Navios

Em 2009, escalaram o porto de Viana do Castelo 167 navios, registando um decréscimo de 11,6% face ao ano de 2008. Em termos de arqueação bruta (GT), alcançou-se as 855.009 GT em 2009, reflectindo um ligeiro decréscimo de 3,2% face ao ano anterior.

NAVIOS	2009		2008		VAR. % 09/08	
	N.º	GT	N.º	GT	N.º	GT
NACIONAIS	56	166.026	60	150.409	-6,7%	10,4%
ESTRANGEIROS	111	688.983	129	733.235	-14,0%	-6,0%
TOTAL	167	855.009	189	883.644	-11,6%	-3,2%

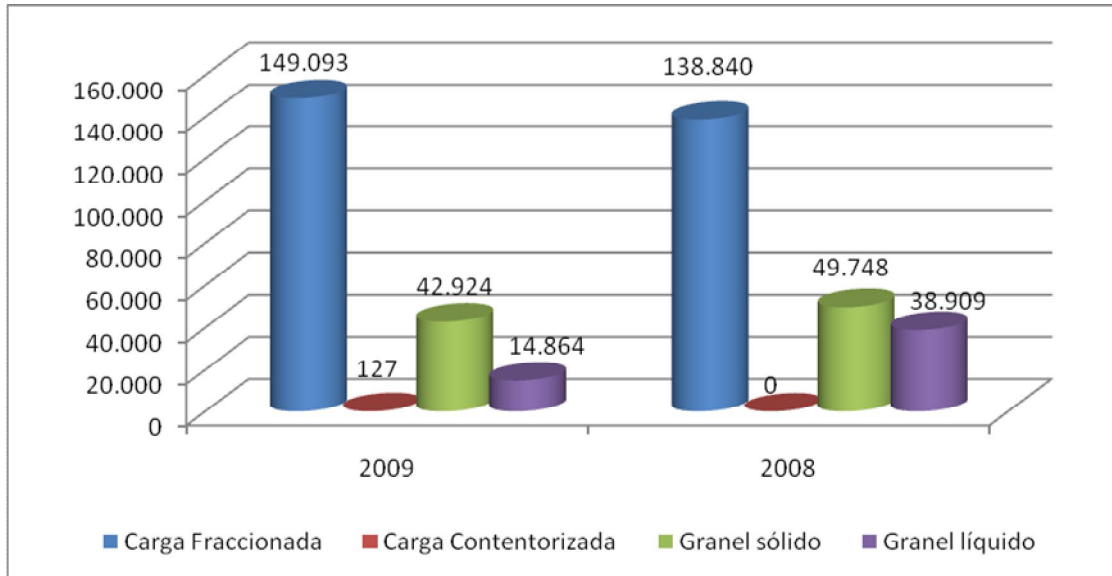
Comércio Externo do Porto de Viana do Castelo

	2009	2008	VAR. % 09/08
IMPORTAÇÃO	160.332	217.059	-26,1%
EXPORTAÇÃO	107.695	114.257	-5,7%
TOTAL	268.027	331.316	-19,1%

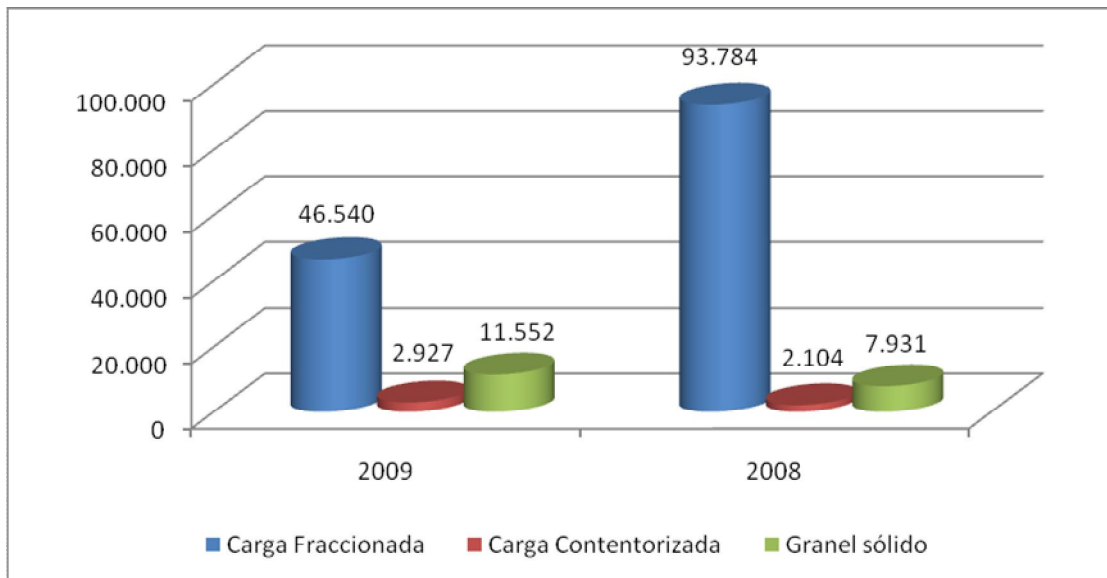
O comércio internacional de Viana do Castelo atingiu 268.027 toneladas em 2009, tendo-se registado um decréscimo de 19,1% face ao ano anterior, determinado pelo mau desempenho, quer das importações (-26,1%) quer das exportações (-5,7%).

No que concerne à evolução dos tráfegos intra e extra-comunitários de Viana do Castelo, por tipos de carga, observe-se os gráficos seguintes:

Tráfego Portuário Intra-comunitário (Ton.)



Tráfego Portuário Extra-comunitário (Ton.)



Em 2009, o contributo dos mercados intra-comunitários para a estrutura do padrão do tráfego portuário internacional de Viana do Castelo aumentou face ao ano anterior (77,2% em 2009 face a 68,7% em 2008) em detrimento dos mercados extra-comunitários (22,8% em 2009 face a 31,3% em 2008).

Em 2009 assiste-se a uma contracção do tráfego portuário com a comunidade europeia (-9%) motivada pelo decréscimo verificado no movimento de todos os tipos de carga. Quanto ao tráfego portuário com países terceiros, regista-se uma grande

quebra de 41,2%, induzida, essencialmente pelo decréscimo de 50,4% da movimentação de carga fraccionada, comportamento determinante atendendo ao seu peso neste segmento de tráfego (76,3% do total de tráfego portuário com países terceiros).

De seguida, apresenta-se um quadro que exhibe o “ranking” dos países, cujos portos assumiram maior relevância no tráfego portuário (carga/descarga) com Viana do Castelo:

Movimento de Mercadorias

ORIGEM E DESTINO DO TRÁFEGO PORTUÁRIO	2009	2008	VAR. % 09/08
FRANÇA	87.913	39.308	123,7%
ESPAÑA	34.385	38.395	-10,4%
HOLANDA	31.034	49.437	-37,2%
ALEMANHA	25.419	39.864	-36,2%
ITALIA	20.391	13.288	53,5%
CONGO REPÚBLICA DEM	19.316	48.707	-60,3%
CAMARÕES	15.100	29.237	-48,4%
EGIPTO	10.026	3.508	185,8%
BELGICA	6.805	40.517	-83,2%
BRASIL	6.231	3.096	101,3%
GABÃO	4.181	3.978	5,1%
TUNISIA	3.089	4.863	-36,5%
TURQUIA	1.526	2.372	-35,7%
CHINA REPUBLICA POP	1.244	1.346	-7,6%
REINO UNIDO	1.061	594	78,6%
GUINE EQUATORIAL	306	0	0,0%
OUTROS	0	12.806	-100,0%
COMÉRCIO EXTERNO	268.027	331.316	-19,1%
CONTINENTE E REGIÕES AUTÓNOMAS	138.031	144.188	-4,3%
TOTAL	406.058	475.504	-14,6%

Unid. Ton.

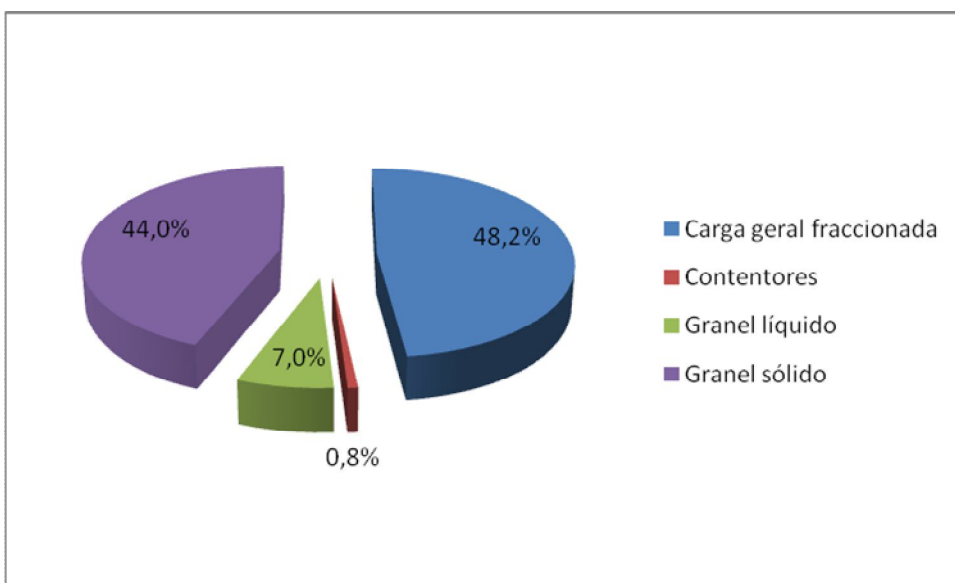
Em 2009, os portos da França lideraram o tráfego portuário com Viana do Castelo, tendo aumentado 123,7% face ao período homólogo, enquanto que a Holanda e o Congo perdem terreno, descendo do 1.º e 2.º lugar do ranking em 2008, para o 3.º e o 6.º lugar em 2009, respectivamente.

Em 2009, e no que diz respeito aos principais portos de origem das mercadorias descarregadas no porto de Viana do Castelo, os portos de França, Espanha, Congo, Alemanha e Camarões mantiveram a sua posição preponderante.

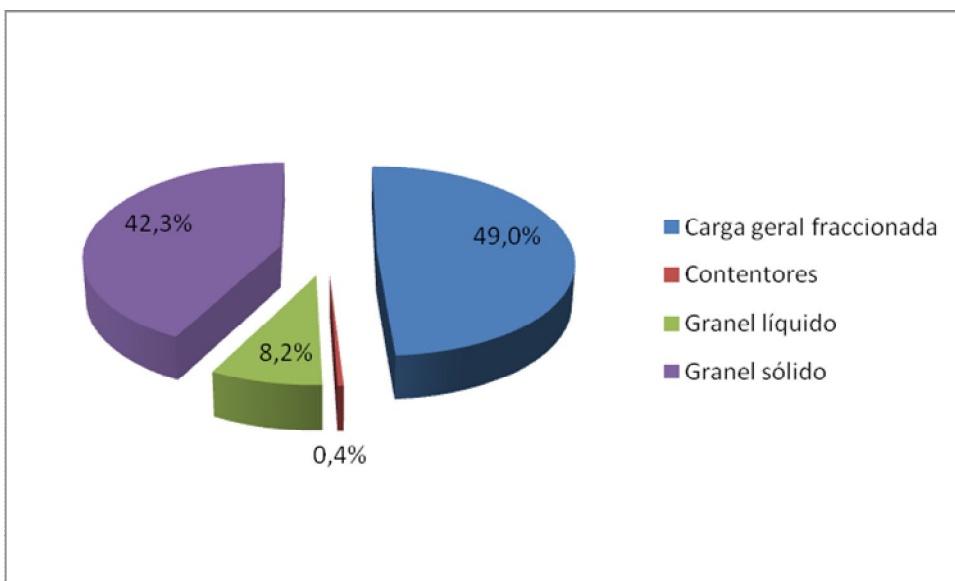
No que concerne aos portos de destino, em 2009, os portos da Holanda, Itália, França, e Alemanha continuaram a ocupar uma posição preponderante no movimento de mercadorias carregadas no porto de Viana do Castelo.

Analisando a movimentação global de mercadorias segundo tipo de acondicionamento de carga, podemos observar que em 2009, a distribuição por tipo de carga manteve-se sensivelmente igual face ao período homólogo de 2008, ou seja, o peso da carga geral fraccionada anda entre os 48,2% e 49%, a carga contentorizada abaixo do 1%, os granéis líquidos entre os 7% e os 8,2% e, finalmente, os granéis sólidos entre os 44% e os 42,3%.

Movimento global de mercadorias em 2009



Movimento global de mercadorias em 2008



Carga Geral Fraccionada

MERCADORIAS	2009	2008	VAR. % 09/08
Madeira e toros	110.550	86.230	28,2%
Papel	67.659	114.722	-41,0%
Aço / Ferro	15.973	30.894	-48,3%
Mercadoria diversa	1.451	1.297	11,9%
TOTAL	195.633	233.143	-16,1%

Unid. Ton.

Em 2009, verificou-se uma diminuição em quase todas as mercadorias, com excepção da rolaria e da madeira serrada. Estas duas mercadorias totalizaram no seu conjunto um acréscimo de 70.736 toneladas, insuficiente, porém para fazer face à quebra de 108.246 toneladas originada pelas restantes naturezas de carga.

Granéis Sólidos

MERCADORIAS	2009	2008	VAR. % 09/08
Cimento	132.154	151.620	-12,8%
Caulino	27.951	5.880	375,4%
Coque	12.300	4.089	200,8%
Adbos compostos	6.200	18.378	-66,3%
Argila	199	0,0%	0,0%
Barro clay / Seix. Quart.	0	1.395	-100,0%
Estilha de madeira	0	19.986	-100,0%
TOTAL	178.804	201.348	-11,2%

Unid. Ton.

Tal como na carga geral fraccionada, também nos granéis sólidos se verificou uma diminuição em quase todas as mercadorias, com excepção do caulino e do coque. O acréscimo destas duas mercadorias também se mostrou insuficiente para fazer face à quebra de 52.826 toneladas originada pelas restantes naturezas de carga.

Granéis líquidos

MERCADORIAS	2009	2008	VAR. % 09/08
Asfalto a granel	28.567	38.909	-26,6%
TOTAL	28.567	38.909	-26,6%

Unid. Ton.

Em 2009, o movimento de granéis líquidos no porto de Viana do Castelo verificou um decréscimo de aproximadamente 27%. Esta quebra verifica-se devido ao facto de não haver no hinterland do terminal de asfalto obras em estradas.

Docas de Recreio

EMBARCAÇÕES	2009			2008			VAR. % 09/08
	LANCHAS	VELEIROS	TOTAL	LANCHAS	VELEIROS	TOTAL	
Passantes	55	571	626	100	632	732	-14,5%
Permanentes	1.531	189	1.720	1.526	216	1.742	-1,3%

O porto de Viana do Castelo, com um total de 626 embarcações passantes, registou em 2009 uma diminuição de 14,5%, face a igual período de 2008. No que respeita ao movimento de embarcações permanentes, verifica-se que o mesmo apresentou uma pequena quebra de 1,3% face ao de igual período do ano anterior.

Porto de Pesca

	2009	2008	VAR. % 09/08
TONELADAS	2.024	2.059	-1,7%
VALOR (1.000 EUROS)	2.736	3.211	-14,8%

Durante 2009 foram descarregados em Viana do Castelo cerca de 2.024 toneladas de pescado, o que se traduziu numa pequena quebra de 1,7% face a 2008. Quando ao valor do pescado transaccionado em lota o mesmo também sofreu uma quebra acentuada da ordem de 14,8%.

4. RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO

Recursos Humanos

Tendo a APVC iniciado a sua actividade a 1 de Janeiro de 2009, uma das primeiras questões que coube resolver prendeu-se com o seu quadro e estrutura de pessoal. Em consequência, foram incorporados 45 trabalhadores, com contratos sem termo, que exerciam funções no porto de Viana do Castelo e que estavam afectos ao IPTM – Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P.

O quadro de pessoal na actualidade é composto por um total de 46 pessoas, cujo elemento adicional foi requisitado para o exercício do cargo de Director-Coordenador, sob a dependência hierárquica do Conselho de Administração.

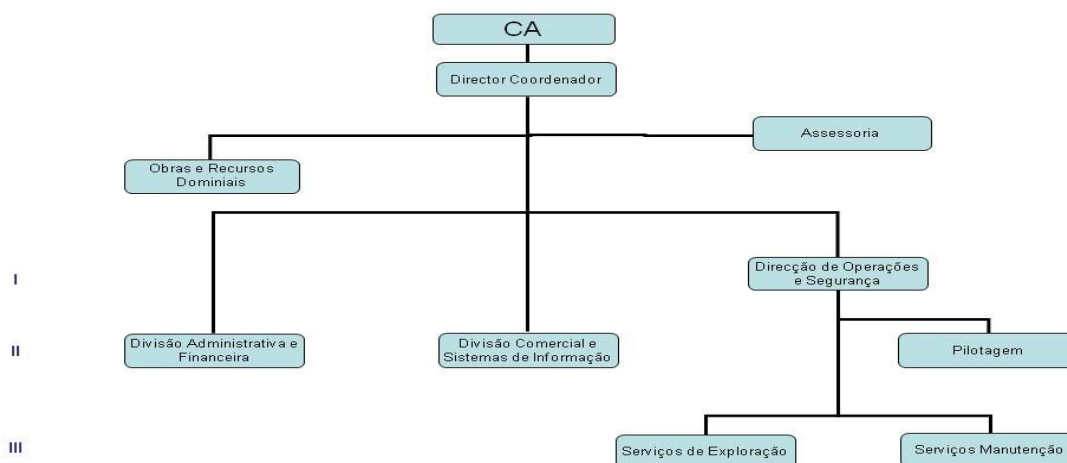
QUADRO DE PESSOAL	2009
EFFECTIVOS	45
ACTIVOS	46

Efectivo: Trabalhador com vínculo permanente à Empresa
Activos: Totalidade dos recursos humanos disponíveis

Refira-se que o Conselho de Administração da APVC, S.A. (composto por três membros) é constituído, por inerência, pelos Administradores do seu accionista, a APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A., embora sem direito a qualquer remuneração adicional.

O quadro de pessoal e organigrama foram estabelecidos numa base de racionalização e adequação à realidade económica e operacional do porto de Viana do Castelo, tendo-se adoptado uma estrutura simples, com o menor número possível de escalões hierárquicos, de modo a flexibilizar a gestão corrente e a reactividade às cada vez maiores exigibilidades externas.

Administração do Porto de Viana do Castelo, SA



A afectação do pessoal por áreas operacionais é a seguinte:

ACTIVOS POR ÁREAS OPERACIONAIS	2009	%
OPERAÇÕES PORTUÁRIAS E SEGURANÇA	26	56.5%
OBRAE E RECURSOS DOMINIAIS	3	6.5%
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E COMERCIAL	2	4.3%
GESTÃO E SERVIÇOS DE APOIO	15	32.6%
TOTAL...	46	100.0%

O regime de trabalho reflecte a afectação dos recursos às diferentes áreas, nomeadamente a isenção de horário de trabalho para o pessoal afecto às áreas de exploração portuária.

REGIME DE TRABALHO	2009	%
HORÁRIO NORMAL FIXO	13	28.3%
ISENÇÃO DE HORÁRIO DE TRABALHO	33	71.7%
TOTAL...	46	100.0%

Em termos de habilitações académicas, a maioria dos trabalhadores possuem habilitações correspondentes ao ensino secundário, embora 26% detenham algum grau correspondente ao ensino superior.

Adicionalmente, os trabalhadores das áreas operacionais possuem, nos casos em que isso se torna obrigatório, as habilitações profissionais necessárias para o exercício das respectivas funções.

NÍVEIS DE HABILITAÇÕES	2009	%
ENSINO BÁSICO	4	8.7%
ENSINO SECUNDÁRIO	30	65.2%
ENSINO SUPERIOR / EQUIPARADO	12	26.1%
TOTAL...	46	100.0%

O nível etário médio é de 48 anos, encontrando-se assim distribuído:

NÍVEIS ETÁRIOS	2009	%
Até 30 anos	1	2.2%
30 a 39 anos	7	15.2%
40 a 49 anos	14	30.4%
50 a 59 anos	24	52.2%
	46	100.0%

Por outro lado, os activos por género são os seguintes:

ACTIVOS POR GÉNERO	2009	%
Homens	36	78.3%
Mulheres	10	21.7%
	46	100.0%

Custos com o pessoal - Estrutura

Os custos com pessoal incorridos durante o exercício económico de 2009 estão indicados no seguinte quadro:

ESTRUTURA DE CUSTOS COM PESSOAL	2009
(1) REMUNERAÇÕES E ENCARGOS	
REMUNERAÇÃO DOS CORPOS SOCIAIS (i)	11 195
REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	1 444 321
TRABALHO EXTRAORDINÁRIO	38 313
SUBSÍDIO DE TURNO	115 100
SUBSÍDIO IHT	129 933
OUTRAS REMUNERAÇÕES	136 247
OUTROS CUSTOS COM PESSOAL	6 543
ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES	290 289
	2 171 941
(2) PRESTAÇÕES SOCIAIS	24 183
TOTAL...	2 196 124
 MASSA SALARIAL	 1 658 695
(i) refere-se à remuneração do Fiscal Único	

Deve ser referido o facto de, neste primeiro ano de actividade, os custos com pessoal (essencialmente indicados nas rubricas de remunerações certas e permanentes) estarem inflacionados pelo facto de a APVC ter assumido a responsabilidade pelos custos referentes ao subsídio de férias e encargo do mês de férias do pessoal que, na verdade, constituiriam custos do pessoal da anterior entidade gestora do porto no ano de 2008.

Em termos de absentismo, durante 2009 registaram-se 220 dias de faltas, abrangendo 13 trabalhadores.

Formação

As acções de formação levadas a cabo ao longo do ano de 2009 foram ainda limitadas em termos de número e participantes, o que se explica por se tratar de um ano de adaptação e implementação em termos de conteúdos e funções.

É de referir que, a este nível, a APVC tem, maioritariamente, de recorrer a entidades externas, contando com a vantagem de poder usufruir do conhecimento e estrutura da APDL, que constitui um referencial no sector portuário.

Ainda assim, realizou-se, internamente, durante o mês de Outubro, uma acção de formação relacionada com o SiGAP (Sistema de Informação Geográfica), que decorreu durante três dias, num total de 24 horas, nas instalações da APVC, envolvendo 6 elementos da Empresa e outras 6 pessoas da comunidade portuária.

As restantes formações abrangeram pessoal afecto à área financeira:

1. Em Agosto, formação de 2 elementos sobre o funcionamento da plataforma electrónica VortalGOV para a gestão dos procedimentos concursais ao abrigo do novo Código dos Contratos Públicos, num total de 8 horas;
2. Com início em Novembro, frequência por parte de um elemento da 2.ª Edição do Programa de Formação Geral em Gestão do PAEX, realizado na Escola de Gestão do Porto.

5. MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS

Foi criada a nova imagem institucional da APVC, S.A., tendo em vista a divulgação de uma imagem de marca, no sentido de aumentar o seu nível de notoriedade junto dos diversos públicos alvo.

Na vertente promocional e relações públicas foi organizada a Sessão de Apresentação Pública da Administração do Porto de Viana do Castelo, presidida pela Senhora Secretária de Estado dos Transportes Eng.ª Ana Paula Vitorino.

Durante o ano foram desenvolvidas diversas tarefas preparatórias de um trabalho de divulgação e promoção do Porto de Viana do Castelo, visando dar a conhecer as

actividades da empresa (corporate image) e a promoção dos serviços portuários. Das tarefas desenvolvidas salienta-se a construção de uma nova página da APVC, S.A. (www.apvc.pt) na internet e a preparação da edição do Guia do Porto de Viana do Castelo para o biénio 2010 / 2011.

6. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Área de negócio

Janela Única Portuária – JUP. Sustentada em procedimentos simplificados e harmonizados de todos os agentes económicos e restantes autoridades, em suporte electrónico, é por seu intermédio que é disponibilizado um único contacto para a interacção com um “nó” onde a informação é colocada uma só vez e chega a todas as entidades que prestam serviço naquele “nó”, quer no que respeita ao meio de transporte quer às mercadorias, obtendo-se as respectivas respostas pelo mesmo canal.

Através da Janela Única Portuária, os agentes económicos têm um balcão único virtual no qual é disponibilizado um meio de comunicação declarativo, no sentido da substituição do suporte em papel pelo Despacho Aduaneiro, totalmente electrónico, quer para os Navios quer para as Mercadorias. Assim, são minimizados os tempos de trânsito nos portos, por estarem também criadas as condições para os despachos em antecipação à passagem das mercadorias.

Esta aplicação é responsável pela produção de toda a informação estatística relacionada com a actividade comercial do Porto de Viana do Castelo e entrou em produção na APVC, no dia 1 de Janeiro de 2009. Está interligada com a aplicação SDS – Sistema de Declaração Sumária, da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, em ambiente de qualidade e passará então, durante o ano de 2010, a ser o único meio declarativo entre todos os actores públicos e privados intervenientes nos processos relacionados com o meio de transporte e de mercadorias.

Sistemas internos da APVC

ERP - Enterprise Resource Planning. Com a criação da APVC, S.A., verificou-se a necessidade de instalar um único programa de software que servirá as necessidades de facturação, contas correntes, compras, aprovisionamento, tesouraria, contabilidade, imobilizado, orçamental e de recursos humanos. Para a prossecução deste objectivo, no curto espaço de tempo que mediou entre a criação da empresa e a sua instalação, decidiu-se aprofundar a parceria existente com a firma JCanão, responsável pelo desenvolvimento de diversas aplicações instaladas, na data, no porto de Viana do Castelo.

Sistema de Gestão Ambiental e Portuária – SiGAP. No porto de Viana do Castelo, situado no estuário do Rio Lima, movimentam-se, diariamente, várias embarcações e

cargas, representando riscos ambientais para a zona. A APVC, S.A. responsável pela gestão do porto de Viana do Castelo, tem, no contexto das suas competências, responsabilidades no domínio da protecção ambiental e da infra-estrutura logística de apoio ao comércio marítimo. Assim, esta administração portuária encontra-se dotada com sistemas de monitorização, capazes de alertar e accionar os meios de combate disponíveis para a protecção desta zona ambientalmente sensível.

7. INVESTIMENTO

Em 2009 os investimentos realizados pela APVC podem dividir-se em duas categorias principais: as imobilizações incorpóreas que se destinaram à constituição da sociedade e as imobilizações corpóreas e foram assim distribuídos:

(valores em euros)

Rubricas	Aumentos
Imobilizações incorpóreas:	
Despesas de instalação	2.646
Propriedade industrial e outros direitos	700
	<u>3.346</u>
Imobilizações corpóreas:	
Edifícios e outras construções	2.758
Equipamento básico	2.664
Equipamento administrativo	28.830
Outras imobilizações corpóreas	2.596
Imobilizações em curso	303.679
	<u>340.527</u>

Destes investimentos destacam-se, nas imobilizações corpóreas, aqueles que são os principais investimentos: o novo acesso rodoviário e a nova lanca de pilotos com a seguinte distribuição:

(valores em euros)

Descrição	Valor
Acesso rodoviário ao porto de Viana do Castelo	4.179
Lanca de pilotagem	299.500
Total...	<u>303.679</u>

O novo acesso rodoviário será assegurado em boa parte pelos dinheiros do PIDDAC e constituirá o mais vultuoso investimento da APVC nos próximos dois anos e meio. Está em curso o processo expropriativo e o concurso de lançamento da empreitada ocorrerá durante o ano de 2010. Constituirá, quando construído, importante factor de competitividade do porto de Viana do Castelo diminuindo o tempo de acesso terrestre

ao porto comercial, em melhores condições de segurança e evitando o núcleo urbano de Darque.

A nova lanca de pilotos, adjudicada por concurso internacional aos Estaleiros Navais de Peniche, será entregue em Abril de 2010 e constituirá um importante reforço nas condições de operacionalidade e segurança nos serviços de pilotagem prestados aos navios.

8. IMPARIDADE

Pelo Decreto-Lei de constituição, transitaram para a APVC a universalidade dos bens móveis e a titularidade dos direitos mobiliários e imobiliários que integravam a esfera jurídica do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P., afectos ou que diziam respeito ao porto de Viana do Castelo, designadamente viaturas, embarcações e demais equipamentos. Pelo mesmo artigo, ficam também afectos à APVC todos os bens imóveis edificados pelo IPTM dentro da área do domínio público, ainda que sem descrição ou inscrição predial. Sobre a generalidade dos bens acima referidos foi efectuada uma avaliação patrimonial por entidades independentes, que teve por base o método do “Valor em Uso Continuado”, da qual resultou um valor de avaliação de 56.071 milhares de euros.

Foram ainda considerados os activos destacados da esfera do IPTM, I.P. e não sujeitos a avaliação patrimonial, ao custo de aquisição, deduzido das amortizações entretanto registadas desde sua aquisição. Estes ascendiam a 1.179 milhares de euros.

No decorrer do exercício de 2009, conforme preconizado no Artigo 21º do Decreto – Lei 211/2008, de 3 de Novembro, a APVC submeteu para aprovação a avaliação patrimonial, aguardando-se, ainda, por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo sector dos transportes, a sua aprovação (no montante global de 57.250 milhares de euros).

Paralelamente ao reconhecimento e valorização do património da nova empresa, foi efectuada uma análise económico-financeira da APVC que revelou uma estrutura fortemente marcada pela diminuição do movimento portuário (com impacto directo nos proveitos gerados) e por uma estrutura de custos fixos muito elevada, cuja principal componente são os custos com pessoal, notoriamente insuficiente enquanto geradora de resultados que contrabalance as elevadas amortizações, decorrente dos activos anteriormente referidos.

Neste cenário, em que a APVC não é capaz de gerar benefícios económicos futuros, e indo de encontro às melhores praticas contabilísticas, foi registada, no início de 2009, uma perda por imparidade pelo montante global do activo reconhecido.

Decorrido um ano de actividade, com um mais profundo conhecimento da actividade do PVC e tendo por base o “Plano de Acção para a Modernização e Melhoria da Competitividade do Porto de Viana do Castelo, 2009-2016”, foi elaborado novo estudo sobre as Demonstrações Financeiras Previsionais da APVC para o período 2010-2019. Esse estudo, com referência a 31 de Dezembro de 2009, permitiu determinar o valor do negócio e, conseqüentemente, uma perda por imparidade no montante de 55.965 milhares de euros (cerca de 98%).

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Apesar de este primeiro ano de actividade da APVC surgir num ambiente económico desfavorável, com evidentes repercussões ao nível da actividade industrial das empresas, do qual o porto de Viana do Castelo é um reflexo indicativo, o exercício económico de 2009 apresentou resultados positivos que excederam as previsões iniciais constantes do Plano de Actividades e Orçamento para 2009, tendo os resultados líquidos, por via dos resultados operacionais, atingido os 106 mil euros, face a uma projecção negativa de 123 mil euros.

Como consequência dessa melhor performance operacional, os resultados financeiros também verificaram um saldo positivo (2 mil euros), comparativamente aos quase 5 mil euros negativos inicialmente previstos, fundamentalmente pela previsão de um maior recurso a financiamentos bancários de curto prazo para fazer face às necessidades de tesouraria durante os primeiros meses de actividade da Empresa.

Apenas os resultados extraordinários apresentaram um desvio negativo em relação às estimativas, como resultado do reconhecimento de uma imparidade sobre os investimentos realizados durante o exercício de 2009, em cerca de 98%, aliado ao facto de não se terem concretizado alienações de alguns bens do activo imobilizado corpóreo inicialmente previstas, que as condições de mercado claramente desfavoráveis desaconselhavam.

A formação dos resultados líquidos é evidenciada no seguinte quadro:

(valores em euros)

FORMAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS	2009	ORÇ. 2009	DESVIO % REAL/ORÇ.
RESULTADOS OPERACIONAIS	147.580	(136.730)	207,9%
RESULTADOS FINANCEIROS	2.433	(4.730)	151,4%
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	(40.473)	17.572	-330,3%
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	109.540	(123.888)	188,4%
IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	(2.770)	-	
RESULTADOS LÍQUIDOS	106.769	(123.888)	186,2%

A decomposição dos resultados operacionais é a seguinte:

(valores em euros)

RESULTADOS OPERACIONAIS	2009	ORÇ. 2009	DESVIO % REAL/ORÇ.
1. PROVEITOS OPERACIONAIS			
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	1.447.461	1.450.200	-0,2%
PROVEITOS SUPLEMENTARES	556.341	788.610	-29,5%
SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	426.675	770.775	-44,6%
OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS	928.245	577.805	60,7%
TOTAL 1...	3.358.722	3.587.390	-6,4%
2. CUSTOS OPERACIONAIS			
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	(937.208)	(1.614.068)	41,9%
CUSTOS COM O PESSOAL	(2.196.124)	(2.033.654)	-8,0%
OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	(56.791)	(58.826)	3,5%
TOTAL 2...	(3.190.123)	(3.706.548)	13,9%
3. EBITDA	168.599	(119.158)	241,5%
4. REVERSÕES DE AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS	2.388.787	2.707.509	-11,8%
5. AMORTIZAÇÕES, AJUSTAMENTOS E PROVISÕES	(2.409.805)	(2.725.082)	11,6%
5. RESULTADOS OPERACIONAIS	147.580	(136.730)	207,9%

Analisando as componentes dos resultados operacionais, constata-se um desvio negativo de cerca de 6% relativamente às previsões nos proveitos operacionais, incidindo nas rubricas de prestação de serviços a navios (-15%) e usos dominiais (-29%).

Em termos da rubrica de prestações de serviços, o desvio negativo nos serviços prestados ao navio foram quase totalmente compensados pela evolução favorável registada nos serviços prestados à mercadoria (devido ao bom desempenho dos proveitos com armazenagem) e dos fornecimentos e serviços diversos (onde se destacam fornecimentos de água e energia eléctrica a instalações terrestres na área de jurisdição da Empresa):

(valores em euros)

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	2009	ORÇ. 2009	DESVIO % REAL/ORÇ.
SERVIÇOS PRESTADOS AO NAVIO			
TUP NAVIO	373.114	406.620	-8,2%
SERVIÇOS DE PILOTAGEM	224.700	265.400	-15,3%
SERVIÇO DE AMARRAÇÃO	47.536	49.190	-3,4%
OUTROS	18.032	55.850	-67,7%
	663.383	777.060	-14,6%
SERVIÇOS PRESTADOS À MERCADORIA			
TUP CARGA	202.475	212.940	-4,9%
ARMAZENAGEM	82.083	19.310	325,1%
USO DE EQUIPAMENTO TERRESTRE	175.327	176.170	-0,5%
OUTROS	15.879	14.450	9,9%
	475.764	422.870	12,5%
CONCESSÕES	28.709	-	
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DIVERSOS	279.605	250.270	11,7%
TOTAL...	1.447.461	1.450.200	-0,2%

Os custos operacionais são nitidamente marcados por duas componentes:

- a) Dragagens (inseridas na rubrica de fornecimentos e serviços externos, cujo pormenor pode ser visto no quadro a seguir apresentado), em que foram incorridos custos de 410 mil euros, correspondentes à realização de dragagens de emergência levadas a cabo durante o 1.º trimestre do ano, subsidiados na íntegra pelo IPTM e pelo PIDDAC;
- b) Custos com pessoal, da ordem dos 2,2 milhões de euros (observações adicionais acerca desta rubrica estão elencadas no capítulo subordinado aos recursos humanos).

Relativamente às dragagens, os custos reais ficaram abaixo das previsões iniciais (de 1 milhão de euros) por se ter adiado a realização de dragagens periódicas de manutenção para o início de 2010, devido à não disponibilização em tempo útil dos recursos financeiros necessários para a sua efectivação ainda durante 2009.

O seguinte quadro releva os custos referentes aos fornecimentos e serviços externos. Da sua análise pode-se concluir que a generalidade desses custos ficaram abaixo das previsões orçamentais para o ano, com excepção da relativa a “trabalhos especializados”, onde destacam custos preparatórios relacionados com dragagens (realizadas e a realizar):

(valores em euros)

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2009	ORÇ. 2009	DESVIO % REAL/ORÇ.
ELECTRICIDADE	175.592	182.770	-3,9%
ÁGUA	63.300	62.520	1,2%
CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO	49.925	87.750	-43,1%
VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	61.479	62.710	-2,0%
TRABALHOS ESPECIALIZADOS	77.538	48.514	59,8%
DRAGAGENS	410.000	1.000.000	-59,0%
OUTROS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	99.375	169.804	-41,5%
TOTAL...	937.208	1.614.068	-41,9%

O balanço, à data de 31 de Dezembro de 2009, apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

BALANÇO DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL	2009		2008	
	EUROS	%	EUROS	%
IMOBILIZADO	1.627.284	30,4%	-	0,0%
ACTIVO CIRCULANTE	3.331.093	62,3%	50.000	100,0%
EXISTÊNCIAS	535	0,0%	-	0,0%
DÍVIDAS DE TERCEIROS C. PRAZO	320.770	6,0%	-	0,0%
DISPONIBILIDADES	3.009.788	56,3%	50.000	100,0%
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	388.637	7,3%	-	0,0%
ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	380.675	7,1%	-	0,0%
CUSTOS DIFERIDOS	7.962	0,1%	-	0,0%
TOTAL DO ACTIVO	5.347.014	100,0%	50.000	100,0%
CAPITAL PRÓPRIO	1.772.161	33,1%	50.000	100,0%
DÍVIDAS A TERCEIROS C. PRAZO	151.867	2,8%	-	0,0%
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	3.422.987	64,0%	-	0,0%
ACRÉSCIMOS DE CUSTOS	293.254	5,5%	-	0,0%
PROVEITOS DIFERIDOS	3.129.732	58,5%	-	0,0%
PASSIVO + SITUAÇÃO LÍQUIDA	5.347.014	100,0%	50.000	100,0%

O quadro apresenta igualmente a situação patrimonial da APVC em 31.12.2008. Embora, a Empresa tenha iniciado a sua actividade operacional e económica em 1 de Janeiro de 2009, foi formalmente constituída com a publicação do Decreto-Lei n.º 211/2008, de 3 de Novembro, o qual entrou em vigor 30 dias após a sua publicação, data à qual se encontrava subscrito e realizado o seu capital social.

Do quadro é de realçar os seguintes elementos:

- a) O imobilizado corpóreo afecto à empresa, à data de 1 de Janeiro de 2009, transitou do IPTM, tendo sido solicitada a aprovação por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, para validação dos valores constituintes desse património.

O valor líquido do imobilizado, de 1,6 milhões de euros, reflecte o reconhecimento de uma imparidade, da ordem dos 98%, como resultado de um estudo levado a cabo por entidade independente (vide ponto 8).

- b) O nível de disponibilidades (3 milhões de euros) justifica-se pelo recebimento na última semana do ano de verbas provenientes do PIDDAC e IPTM, destinadas a custear investimentos e operações em curso, com continuidade em 2010.

Indicadores económico-financeiros

2009	
INDICADORES DE EFICIÊNCIA	
CUSTOS OPERACIONAIS / EBITDA	33,21
CUSTOS COM PESSOAL / EBITDA	13,03
INDICADORES DE COMPORTABILIDADE DE INVESTIMENTOS E CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO	
DÍVIDA / CAPITAL PRÓPRIO	0,09
EBITDA / JUROS LÍQUIDOS	201,75
AUTONOMIA FINANCEIRA (CAPITAL PRÓPRIO / ACTIVO TOTAL LÍQUIDO)	0,33
SOLVABILIDADE (CAPITAL PRÓPRIO / PASSIVO TOTAL)	0,50
LIQUIDEZ (ACTIVO CIRC. + ACR. PROV.) / (PASSIVO C.P. + ACR. CUSTOS)	8,34
PRAZOS MÉDIOS	
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS	25 dias
PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTOS	31 dias
INDICADORES DE RENTABILIDADE E CRESCIMENTO	
MARGEM EBITDA	0,06
MARGEM EBIT	0,05
INDICADORES DE REMUNERAÇÃO DO CAPITAL INVESTIDO	
RESULTADO LÍQUIDO / CAPITAL INVESTIDO	0,02
RESULTADO LÍQUIDO / CAPITAIS PRÓPRIOS	0,06

10. ÓRGÃOS DE GESTÃO

A APVC dispõe dos seguintes órgãos de gestão:

- A Assembleia-geral, presidida pelo Município de Viana do Castelo representado pelo Presidente da Câmara Municipal e secretariada pelo Dr. Sebastião Simões Marques
- O Conselho de Administração, que em função do Decreto-lei que criou a empresa é o mesmo da Administração dos Portos do Douro e Leixões, presidido pelo Eng.º João Pedro Soeiro de Matos Fernandes e tendo como vogais o Eng.º Emílio Fernando Brògueira Dias e a Drª Maria Gabriela de Castro Chouzal.
- O Fiscal Único é a PRICEWATERHOUSECOOPERS & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por José Pereira Alves, ROC, tendo como suplente José Manuel Henriques Bernardo.

11. GESTÃO DE RISCO

Os mecanismos de gestão do risco na APVC, que agora completa o seu primeiro ano como empresa, estão ainda em fase de reavaliação.

Os riscos principais podem descrever-se da seguinte forma:

1. Um número reduzido de clientes é responsável por uma importante parcela da carga – este facto obriga a um acompanhamento muito próximo dos clientes para evitar o risco de perda.
2. Uma localização num espaço com grande valia ambiental – obriga a uma gestão cuidada da margem direita em proximidade com a autarquia e ao respeito das regras e legislação ambiental no sector comercial do porto,
3. Uma concorrência portuária forte – as tarifas da APVC são aprovadas pelo regulador, pelo que se confia que, em relação aos portos nacionais, a justiça das tarifas praticadas seja avaliada em conjunto com as dos restantes portos.
4. Uma actividade com riscos operacionais - dispõe de normas de Segurança Marítima e Portuária e de Plano de Protecção das Instalações Portuárias no âmbito do cumprimento do código ISPS (International Ship and Security Code);

12. PERSPECTIVAS FUTURAS

As perspectivas para o ano de 2010 são as de marcar o início da recuperação da carga no Porto de Viana do Castelo, tendência que não temos dúvidas se acentuará para o ano de 2011 de forma mais expressiva.

Os valores considerados em orçamento, e que se reproduzem, parecem até ser conservadores em face dos contactos comerciais e dos volumes efectivamente registados no início de 2010.

Movimento	2009	2010	2011
Navios			
Número	167	171	220
Arqueação Bruta (GT)	855.009	885.700	1.140.000
Mercadorias			
Carga Fraccionada	195.633	224.000	317.000
Granéis Sólidos	178.804	161.000	172.000
Granéis Líquidos	28.567	45.000	45.000
Contentores	3.054	1.000	2.000
Total (Toneladas)	406.058	431.000	536.000

Ao nível dos grandes investimentos, no ano de 2010 será o ano do início da construção do acesso rodoviário ao porto de Viana do Castelo (candidatura ao POVT), e do novo porto de pesca, cujo projecto se encontra em curso (candidatura ao PROMAR).

Também em 2010 se celebrará o contrato de concessão para as marinas da cidade de Viana.

A previsão para as dragagens de manutenção é de 1,7 milhões de Euros, reforçando a necessidade absolutamente imperiosa de manter o apoio público (PIDDAC) para esta despesa nos próximos anos

Durante o ano de 2010 deverá entrar em pleno o funcionamento a JUP, bem como se reforçará o papel comercial da APVC através de uma maior proximidade aos clientes (carregadores) e da edição de uma newsletter trimestral, integrado num plano comercial formal.

O ano de 2010 deverá ser o da constituição da comunidade portuária do Porto de Viana do Castelo

13. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando o previsto nos Estatutos da Sociedade, propõe-se a seguinte aplicação de resultados líquidos de 2009, no valor de 106.769 Euros.

- 10% para reserva legal, no montante de 10.676,90 Euros
- 90% levados a resultados transitados, no montante de 96.092,10 Euros.

O montante dos resultados transitados destina-se a dar resposta parcial ao importante esforço de investimentos do ano de 2010.

Viana do Castelo, 31 de Março de 2010

O Conselho de Administração

João Pedro Matos Fernandes

Emílio Brògueria Dias

Gabriela Chouzal

Relatório
e Contas

2009

BALANÇO, DEMONSTRAÇÕES
DE RESULTADOS E
FINANCEIRAS

Cap. II – BALANÇO, DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS E FINANCEIRAS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

POC		Exercícios			
		2009			2008 AL
		AB	AA	AL	
	Activo				
	Imobilizado:				
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação	2.646	867	1.779	-
433	Propriedade industrial e outros direitos	700	194	506	-
		3.346	1.062	2.284	-
	Imobilizações corpóreas:				
422	Edifícios e outras construções	55.806.578	54.231.907	1.574.671	
423	Equipamento básico	1.106.189	1.074.976	31.213	
425	Ferramentas e utensílios	9.040	8.785	255	
426	Equipamento administrativo	187.138	181.857	5.280	
429	Outras imobilizações corpóreas	177.624	172.612	5.012	
441/6	Imobilizações em curso	303.679	295.110	8.569	
		57.590.247	55.965.247	1.625.000	-
	Circulante:				
	Existências:				
32	Mercadorias	535	-	535	-
		535	-	535	-
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
211	Cientes, c/c	249.003		249.003	
218	Cientes de cobrança duvidosa	19.957	19.957	-	
252	Empresas do grupo	11.586		11.586	
24	Estado e outros entes públicos	60.181		60.181	
		340.726	19.957	320.770	-
	Depósitos bancários e caixa:				
12 + 13	Depósitos bancários	2.976.878		2.976.878	50.000
11	Caixa	32.910		32.910	-
		3.009.788		3.009.788	50.000
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	380.675		380.675	-
272	Custos diferidos	7.962		7.962	-
		388.637		388.637	-
	<i>Total de amortizações.....</i>	-	55.966.309		
	<i>Total de ajustamentos (a).....</i>	-	19.957		
	<i>Total do activo.....</i>	61.333.280	55.986.265	5.347.014	50.000

POC		Exercícios	
		2009	2008
Capital próprio e passivo			
	Capital próprio:		
51	Capital	50.000	50.000
56	Reservas de reavaliação	57.249.720	
58	Ajustamentos por imparidade	(55.634.329)	
	<i>Subtotal.....</i>	1.665.392	50.000
88	Resultado líquido do exercício	106.769	-
	<i>Total do capital próprio.....</i>	1.772.161	50.000
	Passivo:		
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
221	Fornecedores, c/c	32.822	
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	9.654	
219	Adiantamentos de clientes	8	
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	24.607	-
24	Estado e outros entes públicos	65.528	-
262+263...	Outros credores	19.248	-
		151.867	-
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	293.254	-
274	Proveitos diferidos	3.129.732	-
		3.422.987	-
	<i>Total do passivo.....</i>	3.574.854	-
	<i>Total do capital próprio e do passivo.....</i>	5.347.014	50.000

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS, DE 1 DE JANEIRO DE 2009 A 31 DE DEZEMBRO DE 2009

POC		Exercícios	
		2009	
	Custos e perdas		
62	Fornecimentos e serviços externos		937.208
641 + 642	Custos com o pessoal:		
	Remunerações	1.875.109	
	Encargos sociais:		
645/8	Outros	321.015	2.196.124
662 + 663	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	2.385.383	
666 + 667	Ajustamentos	24.422	2.409.805
63	Impostos	983	
65	Outros custos e perdas operacionais	55.808	56.791
	(A).....	-	5.599.928
(2)	Juros e custos similares:		
	Outros	836	836
	(C).....	-	5.600.764
69	Custos e perdas extraordinários		40.473
	(E).....	-	5.641.237
86	Impostos sobre o rendimento do exercício		2.770
	(G).....	-	5.644.007
88	Resultado líquido do exercício		106.769
			5.750.777
	Proveitos e ganhos		
72	Prestações de serviços	1.447.461	1.447.461
73	Proveitos suplementares	556.341	
74	Subsídios à exploração	426.675	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	928.245	
77	Reversões de amortizações e ajustamentos	2.388.787	4.300.047
	(B).....	-	5.747.508
(5)	Outros juros e proveitos similares		
	Outros	3.268	3.268
	(D).....	-	5.750.777
79	Proveitos e ganhos extraordinários		-
	(F).....	-	5.750.777
	Resumo:		
	Resultados operacionais: (B) - (A) =		147.580
	Resultados financeiros: (D - B) - (C - A) =		2.433
	Resultados correntes: (D) - (C) =		150.013
	Resultados antes de impostos: (F) - (E) =		109.540
	Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =		106.769

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

	2009
Vendas e prestações de serviços	1.447.461
Custo das vendas e das prestações de serviços	-4.549.312
Resultados brutos	-3.101.851
Outros proveitos e ganhos operacionais	4.300.047
Custos de distribuição	0
Custos administrativos	-1.035.282
Outros custos e perdas operacionais	-55.808
Resultados operacionais	107.107
Custo líquido do financiamento	-205
Ganhos (perdas) em outros investimentos	2.637
Resultados correntes	109.540
Imposto sobre os resultados correntes	-2.770
Resultados correntes após impostos	106.769
Resultados líquidos	106.769
Resultados por acção	11

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DE 01.01.2009 A 31.12.2009

	Exercícios			
	2009		2008	
Actividades operacionais:				
Recebimentos de clientes	2.573.835			
Pagamentos a fornecedores	- 1.018.430			
Pagamentos ao pessoal	- 1.851.000			
<i>Fluxo gerado pelas operações.....</i>	- 295.595		-	
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	- 291			
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional				
<i>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias.....</i>	- 291		-	
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias				
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias				
<i>Fluxo de actividades operacionais [1].....</i>	-	295.886		-
Actividades de investimento:				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros				
Imobilizações corpóreas				
Imobilizações incorpóreas				
Subsídios de investimento	2.392.975			
Juros e proveitos similares	2.209			
Dividendos		2.395.184		-
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros				
Imobilizações corpóreas	- 394.734			
Imobilizações incorpóreas	- 4.015	- 398.749		-
<i>Fluxos das actividades de investimento [2].....</i>		1.996.435		-
Actividades de financiamento:				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	82.013			
Capital social realizado				50.000
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão				
Subsídios e doações	1.260.000			
Venda de acções (quotas) próprias				
Cobertura de prejuízos		1.342.013		-
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	- 82.013			
Amortizações de contratos de locação financeira				
Juros e custos similares	- 760			
Dividendos				
Redução de capital e prestações suplementares				
Aquisição de acções (quotas próprias)		- 82.773		-
<i>Fluxos as actividades de financiamento [3].....</i>		1.259.240		-
Variações de caixa e seus equivalentes [4] = [1] + [2] + [3]		2.959.788		-
Efeito das diferenças de câmbio		-		-
Caixa e seus equivalentes no início do período		50.000		-
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3.009.788		50.000

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade, sendo as notas cuja numeração se encontra ausente do anexo não aplicáveis à Empresa ou não relevantes para a apreciação das Demonstrações do Fluxos de Caixa anexa.

Nota 2 – Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes

A discriminação dos fluxos de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, e a sua reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço naquela data, são como segue:

	2009	2008
Numerário	32.910	-
Depósitos bancários imediatamente realizáveis	2.976.878	50.000
Equivalentes a caixa	-	-
Caixa e seus equivalentes	3.009.788	50.000
Outras disponibilidades	-	-
Disponibilidades constantes do balanço...	3.009.788	50.000

Nota 3 – Linhas de crédito concedidas e não utilizadas

Em 31 de Dezembro de 2009, o montante global das linhas de crédito obtidas mas não utilizadas pela Sociedade ascende a €0,00 euros (2008: €0,00).

Relatório
e Contas

2009

ANEXO AO BALANÇO E
DEMONSTRAÇÃO DE
RESULTADOS

Cap. III – ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A APVC – Administração do Porto de Viana do Castelo, S.A. (doravante designada por APVC ou Empresa), é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, e foi criada através do Decreto-Lei n.º 211/2008, de 3 de Novembro, tendo o mesmo entrado em vigor 30 dias após a data da sua publicação. A Empresa tem a sua sede social em Viana do Castelo.

De acordo com o Artigo 19º do referido Decreto-Lei, até à primeira eleição dos órgãos sociais, que ocorreu no dia 8 de Janeiro de 2009, a gestão corrente do porto foi assegurada pelo IPTM, IP.

A Empresa foi constituída com um capital social de 50 milhares de euros, integralmente subscrito e realizado pela APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A. – abreviadamente designada por APDL, S.A.

A Empresa tem por objecto a administração do porto de Viana do Castelo visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a ser cometidas.

A Empresa tem competências para:

- a) Atribuição de usos privativos e definição da respectiva utilidade pública para efeitos de concessão, relativamente aos bens do domínio público que lhe está afectos, bem como à prática de todos os actos respeitantes à execução, modificação e extinção de licença ou concessão;
- b) Licenciamento de actividades portuárias de exercício condicionado e concessão de serviços públicos portuários, podendo praticar todos os actos necessários à atribuição, execução, modificação e extinção da licença ou concessão, nos termos da legislação aplicável;
- c) Expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários, nos termos legais;
- d) Fixação das taxas a cobrar pela utilização, dos serviços neles prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a actividades comerciais ou industriais;
- e) Exercer os poderes de autoridade do estado quanto à liquidação e cobrança, voluntária e coerciva, de taxas que lhe sejam devidas nos termos da lei e, bem assim, dos rendimentos provenientes da sua actividade, sendo os créditos correspondentes equiparados aos créditos do Estado e constituindo título executivo as facturas, certidões de dívida ou títulos equivalentes;
- f) Protecção das suas instalações e do seu pessoal;
- g) Uso público dos serviços inerentes à actividade portuária e sua fiscalização;
- h) Assegurar, de acordo com o regime legal aplicável, o exercício das atribuições em matéria de segurança marítima e portuária na sua área de jurisdição.

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas, em todos os seus aspectos materiais, em conformidade com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade (POC).

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no POC, e as notas cuja numeração não se encontra no anexo não são aplicáveis à Empresa ou não são relevantes para a apreciação das Demonstrações Financeiras anexas.

Nota 2 – Valores comparativos

Conforme referido na Nota Introdutória, a Empresa foi constituída 30 dias após a publicação do Decreto – Lei 211/2008, de 3 de Novembro. De acordo com o n.º 2 do Artigo 19 do referido diploma, até à entrada em funções dos primeiros órgãos sociais, a qual ocorreu em 8 de Janeiro de 2009, a gestão corrente da Empresa foi assegurada pelo IPTM, I.P..

Assim, as demonstrações financeiras do exercício de 2009, não são comparáveis com as apresentadas para efeitos comparativos, uma vez que estas, para além se referirem, apenas, ao período de um mês, pelo facto de durante esse período a gestão corrente ter sido assegurada pelo IPTM, a demonstração dos resultados não apresenta valores.

Nota 3 – Bases de apresentação e principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adoptados

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adoptados

Os principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizado corpóreo e incorpóreo

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, e são amortizadas pelo método das quotas constantes, em duodécimos, durante um período de 3 anos.

As imobilizações corpóreas (incluindo os bens de domínio público) integradas à data do início de actividade da Empresa foram registadas com base numa avaliação patrimonial, por entidades independentes. A avaliação abrangeu parte significativa dos bens integrados e reportou-se à data de 31 de Dezembro de 2006,

tendo sido utilizado o método do “Valor em Uso Continuado”, posteriormente actualizado com base na sua vida útil remanescente estimada.

Os bens adquiridos posteriormente à data de início de actividade da Empresa encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o valor da factura dos fornecedores e respectivas despesas de compra.

As amortizações são calculadas sobre o valor de aquisição ou avaliado, pelo método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir da data da sua entrada em funcionamento, utilizando, de entre as taxas permitidas pela legislação fiscal em vigor (Decreto Regulamentar n.º 2/90), as que permitam a reintegração do imobilizado durante a sua vida útil estimada. Os bens que foram objecto do estudo de avaliação patrimonial acima referido são amortizados em função do período de vida útil atribuído nesse processo.

As taxas de amortização utilizadas correspondem à seguintes vidas úteis estimadas médias:

Rubricas		Anos médios de via útil
Edifícios e outras construções	0 - 83	11
Equipamento básico	0 - 21	2
Ferramentas e utensílios	0 - 7	1
Equipamento administrativo	0 - 8	1
Outras imobilizações corpóreas	0 - 8	2

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são registados como custos do exercício em que são incorridos. As reparações que aumentem a utilidade económica dos activos imobilizados são registadas como custos diferidos e amortizados durante a vida útil remanescente das mesmas.

b) Existências

As existências encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui os gastos para as colocar no seu estado actual. O critério valorimétrico das saídas de existências é o custo médio ponderado.

c) Ajustamento de dívidas a receber

Os ajustamentos de dívidas a receber são calculados tendo por base os riscos previstos de cobranças no final de cada ano.

d) Especialização dos exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

e) Proveitos diferidos

Os subsídios recebidos a fundo perdido para o financiamento de imobilizações corpóreas são registados em balanço como proveitos diferidos para posterior reconhecimento na demonstração de resultados de cada exercício (proveitos extraordinários), proporcionalmente às amortizações das respectivas imobilizações corpóreas subsidiadas.

f) Imposto sobre o rendimento

O encargo sobre o Imposto sobre o Rendimento (IRC) é apurado tendo em consideração as disposições do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC). A Empresa adopta, de acordo com o disposto na Directriz Contabilística n.º 28, o conceito de contabilização de impostos diferidos (ver Nota 6).

A partir do exercício de 2009, inclusive a Empresa passou a ser tributada pelo regime especial de tributação dos grupos económicos, liderado pela APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA, ao abrigo do disposto no artigo 69º do Código do IRC.

g) Passivos de carácter ambiental

A Empresa adopta como política contabilística para o reconhecimento dos passivos e dos dispêndios de carácter ambiental, os critérios consagrados pela Directriz Contabilística nº 29, emanada pela Comissão de Normalização Contabilística (ver Nota 49).

Nota 6 – Imposto Sobre o Rendimento

Conforme referido na Nota 3 f), a Empresa encontra-se sujeita ao regime especial de tributação de grupo de sociedades, previsto no Artigo 69º do Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Contudo, a Empresa apura e regista o imposto sobre o rendimento tal como se fosse tributada numa óptica individual.

A Empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas à taxa de 25%, acrescida de Derrama, resultando uma taxa de imposto agregada de 26,5%. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa relativas ao ano de 2008 a 2009 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

O apuramento do imposto corrente do exercício de 2009 analisa-se como segue:

	<u>2009</u>
<u>Apuramento do Imposto corrente sobre o rendimento</u>	
Resultado antes de impostos	109.540
Custos não aceites fiscalmente	26.208
Proveitos não tributados	<u>(2.384.322)</u>
Rendimento tributável	(2.248.574)
Imposto corrente sobre o rendimento (1)	<u>-</u>
Despesas tributadas autonomamente (2)	2.770
Imposto corrente sobre o rendimento (1) + (2)	<u>2.770</u>
<u>Reconciliação entre o custo do exercício e o saldo em balanço</u>	
Imposto corrente sobre o rendimento	
- Reconhecimento como custo no exercício (1) + (2)	2.770
- Menos: Pagamentos por conta e especial por conta	-
- Menos: Retenções na fonte	-
- Saldo corrente a pagar (receber)	<u>2.770</u>

Os prejuízos fiscais podem ser utilizados para cobrir lucros fiscais num período de 6 anos. Os prejuízos fiscais estimados em 31 de Dezembro de 2009, ainda não confirmados pelas autoridades fiscais, ascendem a 2.249 milhares de euros, e podem ser deduzidos aos futuros lucros tributáveis do grupo como segue:

<u>Ano prejuízo fiscal</u>	<u>Valor</u>	<u>Ano limite de utilização</u>
2009	2.248.574	2015

Conforme referido na Nota 3 f), a Empresa adopta, de acordo com o disposto na Directriz Contabilística nº 28, o conceito de contabilização de impostos diferidos. Contudo, atendendo à difícil previsão quanto à materialização dos prejuízos fiscais disponíveis como benefício, o registo do correspondente imposto diferido activo será efectuado nas contas da empresa mãe (APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA), empresa dominante no regime especial de tributação de grupos onde a APVC se encontra integrada.

Nota 7 – Activo médio de pessoal

Atenta a natureza do vínculo contratual, os trabalhadores ao serviço, à data de 31 de Dezembro de 2009, apresentam a seguinte caracterização:

	2009
Pessoal do quadro	45
Pessoal requisitado/comissão de serviço	1
Total...	46

Nota 8 – Despesas de instalação e de investigação e desenvolvimento

Os acréscimos ocorridos, durante o exercício de 2009, nesta rubrica do Balanço, ascendem a €3.346 e prendem-se com as seguintes despesas:

- a) Despesas de instalação referentes à criação da Empresa: €2.646;
- b) Propriedade industrial e outros direitos (marca APVC): €700.

Nota 10 – Movimentos ocorridos no Activo Imobilizado

Nos quadros anexos “Activo Bruto” e “Amortizações” demonstram-se os movimentos ocorridos nas grandes classes do imobilizado durante o exercício de 2009.

ACTIVO BRUTO

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação / ajustamento	Aumentos	Alienações	Transf. e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	0	0	2.646	0	0	2.646
Propriedade industrial e outros direitos	0	0	700	0	0	700
	0	0	3.346	0	0	3.346
Imobilizações corpóreas:						
Edifícios e outras construções	0	55.803.820	2.758	0	0	55.806.578
Equipamento básico	0	1.103.525	2.664	0	0	1.106.189
Ferramentas e utensílios	0	9.040	0	0	0	9.040
Equipamento administrativo	0	158.308	28.830	0	0	187.138
Outras imobilizações corpóreas	0	175.028	2.596	0	0	177.624
Imobilizações em curso	0	0	303.679	0	0	303.679
	0	57.249.720	340.527	0	0	57.590.247

Pelo n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 211/2008 de 03 de Novembro de 2008, transitaram para a APVC a universalidade dos bens móveis e a titularidade dos direitos mobiliários e imobiliários que integravam a esfera jurídica do Instituto Portuário

e dos Transportes Marítimos, I.P., afectos ou que diziam respeito ao porto de Viana do Castelo, designadamente viaturas, embarcações e demais equipamentos, constantes da relação que constitui anexo III ao decreto-lei mencionado.

Pelo n.º 2 do mesmo artigo ficam afectos à APVC todos os bens imóveis edificados pelo IPTM dentro da área do domínio público, definido pelo artigo n.º 7 do mesmo decreto-lei, ainda que sem descrição ou inscrição predial.

Conforme referido na Nota 3 a), sobre a generalidade dos bens acima referidos (edifícios e outras construções, equipamento básico e outras imobilizações corpóreas) foi efectuada uma avaliação patrimonial, que teve por base o método do “Valor em Uso Continuado”, da qual resultaram os seguintes valores de avaliação:

Rubricas	Bens avaliados	Restantes bens	Total
Imobilizações corpóreas:			
Edifícios e outras construções	54.995.647	808.173	55.803.820
Equipamento básico	1.075.206	28.318	1.103.525
Ferramentas e utensílios	120	8.920	9.040
Equipamento administrativo	0	158.308	158.308
Outras imobilizações corpóreas	0	175.028	175.028
	<u>56.070.973</u>	<u>1.178.747</u>	<u>57.249.720</u>

No decorrer do exercício de 2009, conforme preconizado no Artigo 21º do Decreto – Lei 211/2008, de 3 de Novembro, a Empresa submeteu para aprovação a referida avaliação patrimonial, aguardando-se, ainda, a sua aprovação por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo sector dos transportes.

A coluna “Restantes bens” refere-se a activos também destacados da esfera do IPTM, I.P., não sujeitos a avaliação patrimonial, tendo sido incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa, ao custo de aquisição, deduzido das amortizações entretanto registadas desde a sua aquisição.

Os bens adquiridos no exercício de 2009 foram registados pelo seu valor de aquisição.

AMORTIZAÇÕES E IMPARIDADE

Rubricas	Saldo inicial	Imparidade		Amortizações exercício	Reversão Imparidade	Saldo final
		Inicial	Ajustamento			
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	-	-	-	867	-	867
Propriedade industrial e outros direitos	-	-	-	194	-	194
	0	0	0	1.062	0	1.062
Imobilizações corpóreas:						
Edifícios e outras construções	-	53.803.820	(1.571.913)	1.669.022	(1.669.022)	52.231.907
Equipamento básico	-	1.103.525	(28.549)	502.753	(502.753)	1.074.976
Ferramentas e utensílios	-	9.040	(255)	3.314	(3.314)	8.785
Equipamento administrativo	-	158.308	23.549	97.722	(97.722)	181.857
Outras imobilizações corpóreas	-	175.028	(2.416)	111.510	(111.510)	172.612
Imobilizações em curso	-	-	295.110	-	-	295.110
	-	55.249.720	(1.284.473)	2.384.322	(2.384.322)	53.965.247
	-	55.249.720	(1.284.473)	2.385.383	(2.384.322)	53.966.309

Conforme referido acima, os bens destacados do IPTM, I.P. foram integrados nas demonstrações financeiras da Empresa, pelo valor global de €57.249.720,07, tendo sido simultaneamente registada uma perda por imparidade pelo mesmo montante. Contudo, com referência a 31 de Dezembro de 2009, a Empresa desenvolveu um novo estudo com vista ao apuramento da imparidade sobre os seus activos, estudo esse que levou ao apuramento de uma perda por imparidade no montante de €55.965.246,92. Nas circunstâncias, os movimentos ocorridos no exercício nas perdas por imparidade resumem-se como segue:

	Saldo inicial	Ajustamento	Reversão	Saldo Final	
Activos destacados da esfera do IPTM e integrados no património da Empresa	57.249.720	(1.615.392)	(2.382.095)	53.252.233	O registo da imparidade inicial, assim como o ajustamento no final do exercício, foi efectuado directamente em capitais próprios.
Activos adquiridos no exercício de 2009:					
- Imobilizado firme	-	35.808	(2.226,46)	33.582	
- Imobilizado em curso	-	295.110	0,00	295.110	A contrapartida do registo da imparidade foi efectuada a débito da rubrica de provénios diferidos, considerando que estes activos são totalmente subsidiados.
	57.249.720	(1.284.473)	(2.384.322)	53.580.925	

Os investimentos em curso, em 31 de Dezembro de 2009, eram os seguintes:

Descrição	Valor
Acesso rodoviário ao porto de Viana do Castelo	4.179
Lancha de pilotagem	299.500
Total...	303.679

Nota 14 – Imobilizações corpóreas em situações especiais

Imobilizado construído em terrenos do Domínio Público

A generalidade dos edifícios e construções que integram o Imobilizado Corpóreo da Empresa foram edificados em terrenos do domínio público do Estado afecto à APVC.

Objectivando esta realidade específica, enumera-se de seguida o peso relativo destes bens construídos em terrenos do domínio público, contabilizados na conta 422 – Edifícios e outras construções:

	2009
Valor bruto total	55.806.578
Valor bruto dos imóveis e instalações construídos em terrenos do Domínio Público	55.806.578

Nota 16 – Empresas do grupo e associadas

O capital social da Empresa é detido a 100% pela APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A., com sede em Leça da Palmeira. As contas da Empresa serão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da APDL, SA.

Em 31 de Dezembro de 2009, a empresa tinha um saldo a receber da APDL, no montante de €11.586,43.

Nota 21 – Movimentos ocorridos nas rubricas de ajustamentos

Os ajustamentos de valor ocorridos no exercício nas rubricas do activo circulante analisam-se como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Dívidas de terceiros:				
Clientes de cobrança duvidosa	0	24.422	4.465	19.957
	0	24.422	4.465	19.957

Nota 23 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa

Os créditos de cobrança duvidosa, à data de 31 de Dezembro de 2009, eram os seguintes:

Rubricas	Dívida	Ajustamento
Cientes de cobrança duvidosa	19.957	19.957
Total...	19.957	19.957

A Empresa efectua ajustamentos de valor sobre a totalidade das dívidas de clientes e outros devedores que apresentem atrasos de cobrança superiores a 90 dias.

Nota 24 – Adiantamentos ou empréstimos concedidos aos órgãos sociais

Não foram concedidos empréstimos ou adiantamentos a membros dos Órgãos da Administração, de Direcção ou de Fiscalização da Empresa, nem foram assumidas quaisquer responsabilidades por sua conta.

Nota 25 – Valor global das dívidas activas e passivas respeitantes ao pessoal

Em 31 de Dezembro de 2009, a responsabilidade da Empresa pelo pagamento de férias e subsídio de férias, que se vencem para pagamento durante o exercício de 2010 ascende a €204.907,49 e está evidenciada no Passivo – Acréscimos de custos (Ver nota 48 (ii)).

Nota 28 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2009 não existiam dívidas em situação de mora com o Estado e outros entes públicos. Os saldos com estas entidades eram os seguintes:

	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre o Valor Acrescentado	57.410	0
Segurança Social	0	35.455
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares	0	27.303
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas	2.770	2.770
Total...	60.181	65.528

Nota 31 – Responsabilidades assumidas

Em 31 de Dezembro de 2009, a empresa tinha assumido compromissos com fornecedores no montante €323 181, para a aquisição de bens para o imobilizado corpóreo.

Nota 36 – Composição do capital social

Conforme estabelecido no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 211/2008, de 3 de Novembro, que criou a APVC, e no artigo 5.º dos Estatutos anexos ao referido diploma, o capital social foi fixado em €50.000, inteiramente subscrito e realizado pela APDL, constituído por 10.000 acções, com o valor nominal de €5 cada.

As acções são nominativas e revestem a forma escritural.

Nota 37 – Identificação das pessoas colectivas com mais de 20% do capital social subscrito

Em 31 de Dezembro de 2009, o capital é detido na sua totalidade pela APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A.

Nota 40 – Movimento das rubricas de capitais próprios ocorridos no exercício

O movimento ocorrido nas outras rubricas de capital próprio, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, foi o seguinte:

Contas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
51 - Capital	50.000	0	0	50.000
56 - Reservas de reavaliação	0	57.249.720	0	57.249.720
58 - Ajustamentos por imparidade	0	0	55.634.329	-55.634.329
Resultado líquido de 2009	0	106.769	0	106.769
Total...	50.000	57.356.489	55.634.329	1.772.161

De acordo com os Estatutos da Empresa, anualmente deverá ser transferido para a rubrica de reserva legal, no mínimo, 10% do lucro líquido apurado em cada exercício até que a mesma atinja pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos accionistas, podendo, contudo, em determinadas circunstâncias,

ser utilizada para aumentos de capital e para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

A Reserva de Reavaliação refere-se à contrapartida da integração no activo da Empresa, dos bens destacados da esfera do IPTM, ao abrigo do estabelecido no Artigo 8º do Decreto – Lei n.º 211/2008, de 3 de Novembro. Conforme referido na Nota 10, na sequência de um estudo efectuado com referência a 31 de Dezembro de 2009, foi identificada uma perda por imparidade, no montante de 55.634.328,57 euros, a qual foi registada a débito desta rubrica.

Nota 43 – Remunerações dos órgãos sociais

Não foram atribuídas quaisquer remunerações aos elementos do Conselho de Administração da APVC.

A remuneração do Fiscal Único fixada para o exercício de 2009 foi fixada em €10.000.

Nota 44 – Repartição do valor líquido da prestação de serviços por actividades

A repartição do valor líquido das prestações de serviços, na sua totalidade para o mercado interno, apresenta-se como segue:

Descrição	2009
Serviços prestados ao navio	663.383
Serviços prestados à mercadoria	475.764
Concessões	28.709
Fornecimentos e serviços diversos	279.605
Total...	<u>1.447.461</u>

Nota 45 – Demonstração dos resultados financeiros

Os resultados financeiros, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, têm a seguinte composição:

Custos e perdas	2009	Proveitos e ganhos	2009
681 - Juros suportados	205	781 - Juros obtidos	1.455
688 - Outros custos e perdas financeiros	631	788 - Reversões e outros proveitos e ganhos financeiros	1.813
Resultados financeiros	2.433		
	3.268		3.268

Nota 46 – Demonstração dos resultados extraordinários

Os resultados extraordinários, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, têm a seguinte composição:

Custos e perdas	2009
692 - Dívidas incobráveis	4.465
695 - Multas e penalidades	200
696 - Aumentos de amortizações	35.808
Resultados extraordinários	(40.473)
	-

Nota 48 – Outras informações consideradas relevantes

São as seguintes as informações consideradas como relevantes para além das já mencionadas nas notas anteriores:

- (i) Garantias prestadas por Terceiros

Fornecedores

As cauções prestadas por fornecedores são exigidas como garantia de boa execução das empreitadas de obras públicas contratadas, mantendo-se em vigor até à recepção definitiva das obras.

	2009
Apólices de seguro-caução	268
Garantias bancárias	172.250
Total...	172.518

- (ii) Acréscimos e diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2009, os saldos destas rubricas apresentavam a seguinte composição:

	2009
Acréscimos de proveitos:	
Outros	380.675
	380.675

Custos diferidos:

Outros	7.962
	7.962

Acréscimos de custos:

Encargos com férias e subsídio de férias	204.907
Outros custos com pessoal	11.507
Encargos patronais	34.442
Outros	42.398
	293.254

Proveitos diferidos:

Subsídios à exploração	833.325
Subsídios para investimentos	2.097.865
Outros	198.543
	3.129.732

Os acréscimos de proveitos referem-se a serviços prestados durante o exercício de 2009, cuja facturação ocorreu, apenas, nos primeiros dias do exercício de 2010.

(iii) Movimentos nas contas de subsídios ao investimento

No âmbito dos projectos incluídos no PIDDAC afecto à Empresa, foi recebido um total de € 392 975. Por outro lado, conforme referido na Nota 10, a contrapartida do reconhecimento da imparidade sobre o imobilizado em curso, foi efectuada a débito da rubrica de proveitos diferidos.

Descrição	Saldo Inicial	Recebimentos Exercício	Reconhecimento no exercício	Saldo Final
PIDDAC - ISPS Code	0	16.800	-4.061	12.739
PIDDAC - Transportes	0	299.500	-291.049	8.451
PIDDAC - Acesso rodoviário	0	2.050.000	0	2.050.000
PIDDAC - Pescas	0	26.675	0	26.675
	0	2.392.975	-295.110	2.097.865

(iv) Movimentos nas contas de subsídios à exploração
Integram os subsídios recebidos do IPTM para a realização de dragagens de emergência e manutenção no porto de Viana do Castelo, assim como respectivos estudos e trabalhos complementares.

Descrição	Saldo Inicial	Recebimentos Exercício	Aplicação no exercício	Saldo Final
IPTM - Dragagens	0	1.260.000	426.675	833.325
	0	1.260.000	426.675	833.325

(v) Reconciliação da rubrica de resultados extraordinários evidenciada na demonstração de resultados por natureza e na demonstração de resultados por funções

A demonstração dos resultados por funções foi preparada em conformidade com o estabelecido no Plano Oficial de Contabilidade e de acordo com a Directriz Contabilística n.º 20, a qual apresenta um conceito de resultados extraordinários diferente do definido no POC para preparação da demonstração dos resultados por naturezas. Assim, o valor dos custos extraordinários, no montante de €40 473,13 apresentado na demonstração dos resultados por naturezas (ver Nota 46) foi reclassificado para as rubricas de resultados operacionais. Por outro lado, o montante evidenciado na demonstração de resultados por funções na rubrica do custo líquido do financiamento, inclui, somente, o custo com o passivo remunerado deduzido dos juros obtidos, pelo que os outros custos e proveitos financeiros evidenciados na demonstração de resultados por naturezas foram reclassificados para as rubricas resultados operacionais. Estas reclassificações proporcionam as seguintes diferenças nas diversas naturezas de resultados:

	Por Naturezas	Reclassificações	Por Funções
Resultados Operacionais	147.580	(39.291)	108.290
Resultados Financeiros	2.433	(1.183)	1.250
Resultados Correntes	150.013	(40.473)	109.540
Resultados Extraordinários	(40.473)	40.473	-
Resultado Líquido do Exercício	106.769	-	106.769

Refira-se, ainda, o seguinte:

- (i) Os “Outros proveitos operacionais”, apresentados na demonstração dos resultados por naturezas, no montante de €928 245,08, foram reclassificados para a linha “Vendas e prestações de serviços” da demonstração dos resultados por funções; e
- (ii) A reversão da imparidade sobre os activos imobilizados corpóreos, apresentada na demonstração dos resultados por naturezas na linha “Reversões de amortizações e ajustamentos”, no montante de €2 384 321,57, foi reclassificada para a linha de “Outros proveitos e ganhos operacionais” na demonstração dos resultados por funções.

Nota 49 – Informações sobre matérias ambientais

Em 31 de Dezembro de 2009 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer

contingência ambiental, por ser convicção da Administração da Empresa que não existem a essa data obrigações ou contingências, provenientes de acontecimentos passados, de que resultem encargos materialmente relevantes para a Empresa.

Nota 50 - Eventos subsequentes

O Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho aprova a criação do novo Sistema de Normalização Contabilística, designado por SNC, revogando o POC, normativo contabilístico actualmente em vigor. A aplicação do SNC é obrigatória para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2010 e obriga à apresentação de informação comparativa relativa ao exercício de 2009.

Assim, a Empresa irá aplicar o SNC para o exercício de 2010, pelo que terá de proceder à re-expressão das demonstrações financeiras do exercício de 2009, de acordo com a versão das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) em vigor à data de 31 de Dezembro de 2010.

A Empresa está a avaliar os impactos da adopção do SNC ao nível dos resultados do exercício e do Capital próprio, bem como o impacto nas suas políticas de gestão do capital e distribuição de dividendos.

Assim, tendo por base a análise efectuada até à data, é expectativa da Administração que, em termos qualitativos, os efeitos nas Demonstrações financeiras da Empresa sejam essencialmente na reclassificação de subsídios do Estado de proveitos diferidos para Capital próprio.

O efeito dos impactos acima estimados podem afectar significativamente os rácios e as políticas futuras de financiamento e de distribuição de resultados da Empresa.

Relatório
e Contas

2009

RELATÓRIO DE GOVERNO DA
SOCIEDADE

Cap. IV – RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

1. Nota introdutória

A Empresa teve em 2009 o seu primeiro ano de funcionamento efectivo após publicação do Decreto-Lei nº 211/2008 de 3 de Novembro que criou a Administração do Porto de Viana do Castelo, S.A. e aprovou os seus estatutos.

O Governo da Empresa pauta-se pela observância dos “Princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado” aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de Março e seguindo o modelo proposto pela Direcção Geral do Tesouro e das Finanças.

2. Enquadramento Legal

a) Estatuto jurídico

A APVC, SA é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos que se rege pelo Decreto-Lei nº211/2008, de 3 de Novembro e respectivos estatutos assim como pelo Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado, consagrado no Decreto-Lei nº588/99, de 17 de Dezembro, pelos princípios do Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado constantes na Resolução do Conselho de Ministros nº49/2007, de 28 de Março, pelo Código das Sociedades Comerciais, pelos Regulamentos Internos e demais Normas especiais que lhe sejam aplicáveis.

b) Enquadramento em matéria de pessoal

O Estatuto do Pessoal das Administrações Portuárias, publicado em anexo ao Decreto-Lei nº421/99, de 21 de Outubro (EPAP), redefiniu o regime jurídico do pessoal que transitou das anteriores administrações portuárias e juntas autónomas e dos trabalhadores provenientes do ex Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos (INPP).

Foi mantido, do anterior estatuto, o essencial da regulamentação relacionada com o regime de trabalho, e consagrou-se um normativo de transição para a adopção plena do regime do contrato individual de trabalho, sem prejuízo da situação jurídico profissional de origem designadamente quanto à natureza do vínculo e ao regime de aposentação.

Ao pessoal das administrações portuárias é aplicável o EPAP e correspondente regulamentação constante da portaria nº1098/99, de 21 de Dezembro, tendo como pano de fundo a legislação do contrato individual de trabalho ressalvada, no caso dos trabalhadores que transitaram do instituto público, a remissão directa em alguns domínios específicos para o regime dos agentes e funcionários do Estado.

3. Missão, Objectivos e Políticas da Empresa

A missão da empresa vem expressa no “*Plano de Acção para a modernização e melhoria da competitividade do Porto de Viana do Castelo*”, tem uma ambição de médio e longo prazo, visa funcionar como factor de coesão e motivação dos vários agentes envolvidos no negócio portuário e está assim formulada:

“Servir os seus clientes e tráfegos existentes, criando as melhores condições para o serviço prestado, que facilitem a recuperação e a captação de novas cargas, assim como as condições de localização de actividades económicas de forma integrada e sustentável”

A nossa visão é a de concretizar e consolidar uma empresa e um serviço portuário que com os recursos gerados pela sua actividade comercial e gestão dominial sirva os seus clientes actuais, conquiste novos clientes e novas cargas e cumpra com um vasto conjunto de atribuições públicas (que não são remuneradas). A situação actual é a de uma autoridade portuária a meio caminho entre um “operating port” e um “tool port” mas que visa evoluir para um “land lord port” assim que for atingido o movimento portuário capaz de interessar um potencial concessionário à operação multiuso.

Os objectivos gerais de desenvolvimento do porto de Viana do Castelo estão definidos segundo seis grandes linhas estratégicas a saber:

- Crescimento do tráfego com base na fidelização dos tráfegos actualmente existentes, pela captação de novos tráfegos e na progressiva integração nos projectos logísticos da região;
- Ter boas condições de operação e ser eficiente na manipulação das cargas que passam pelo Porto de Viana do Castelo (PVC);
- Ser auto-suficiente do ponto de vista económico mantendo a disponibilidade de ajudas nacionais e comunitárias para os investimentos;
- Aumentar a oferta de infra-estruturas através do apetrechamento do porto com novos equipamentos de movimentação de cargas e melhorar os acessos marítimos e terrestres;
- Ser competitivo nos preços praticados e, cumprindo com rigor as regras de concorrência e sem perder de vista a sustentabilidade financeira, fazer dos preços baixos um factor de competitividade; e
- Integrar-se na envolvente urbana e natural, rentabilizando a exploração do património que constitui o domínio público marítimo (DPM) partilhado com o meio urbano.

A concretização das grandes linhas estratégicas assenta num Plano de Acção delineado em dois tempos: um primeiro, de curto prazo, com um tempo de realização de três anos e um segundo tempo, de médio prazo, até ao ano 2016. Este plano prevê

um conjunto vasto de acções, iniciativas e investimentos com um alinhamento de prioridades a colocar no terreno de forma cadenciada e julgada em função dos benefícios entretanto alcançados.

4. Regulamentos Internos

Os regulamentos internos mais directamente relacionados com a actividade da nova empresa e de cumprimento obrigatório são os seguintes:

Regulamento de Exploração do Porto de Viana do Castelo e Anexos: Conjunto de normas e regras relativas às actividades operacionais respeitantes ao ciclo do navio, da carga e dos passageiros em porto. É um regulamento de aplicação geral a todas as entidades que estão autorizadas a exercer uma actividade dentro do porto. A sua estrutura é composta por 11 capítulos e 6 anexos da seguinte forma: Capítulos (I) Disposições gerais, (II) Embarcações, (III) Cargas, (IV) Passageiros, (V) Equipamentos, (VI) Fornecimentos e Serviços Diversos, (VII) Vigilância, Acessos e, Circulação, (VIII) Exercício de Actividades e Utilização de Espaços e Instalações Portuárias, (IX) Recolha de Resíduos e Águas Residuais, (X) Segurança no Porto, (XI) Contra-ordenações e coimas e os Anexos (1) Horário do funcionamento do Porto de Viana do Castelo (2) Normas e prazos para requisição alteração e cancelamento de serviços, (3) Normas de segurança marítima e portuária do porto de Viana do Castelo, (4) Destinos e Regimes Aduaneiros das Mercadorias, (5) Controlo de Acessos ao Porto de Viana do Castelo, (6) Plano de Recepção e Gestão de Resíduos.

O regulamento foi aprovado em reunião do C.A.-A.P.V.C. de 23 de Setembro de 2009, e posteriormente alvo de aprovação pelo IPTM.

Regulamento de Tarifas da APVC e Anexo: Conjunto de normas e regras que regulam a aplicação de tarifas de serviços prestados. Este regulamento obedece ao Regulamento do Sistema Tarifário dos Portos do Continente aprovado por Decreto-Lei nº273/2000, de 9 de Novembro. A sua estrutura é constituída por 7 capítulos e 1 Anexo da seguinte forma: Capítulos (I) Disposições gerais, (II) Tarifa de uso do porto, (III) Amarração e Desamarração, (IV) Movimentação de cargas e tráfego de passageiros, (V) Armazenagem, (VI) Uso de equipamento, (VII) Fornecimentos e o Anexo (1) Tarifário de resíduos.

Regulamento de Tarifas específico para o fornecimento de água ao PVC: conjunto de normas e regras que regulam a forma de fixação das taxas de fornecimento de água na área de jurisdição da APVC,S.A.

Regulamento de Tarifas específico para o fornecimento de Energia ao PVC: conjunto de normas e regras que regulam a forma de fixação das taxas de fornecimento de energia na área de jurisdição da APVC,S.A.

Regulamento de Tarifas para a Utilização de Bens Dominiais: conjunto de normas que fixam as taxas a aplicar nos usos privativos de terrenos do domínio público situados na área de jurisdição da APVC, S.A.

Regulamento de Exploração e Utilização da Marina de Viana do Castelo: conjunto de normas e regras que regulam o acesso, estadia e uso das facilidades e serviços existentes aplicáveis aos utentes e visitantes da marina.

Guia de procedimento de Compras e de conferência de facturas: Conjunto de normas e regras que visam regulamentar o procedimento de compras e aquisições de bens móveis, serviços e empreitadas de obras públicas, com a descrição dos fluxos e as formas de controlo internas aplicáveis, aprovado na sequência da entrada em vigor do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº18/2008, de 29 de Janeiro. Foi aprovado em reunião do CA-APVC e entrou em vigor a 19 de Setembro de 2009.

Todos os regulamentos internos acima citados constam do site da APVC (www.apvc.pt), com excepção do Guia de procedimento de compras e de conferência de facturas.

5. Regulamentos Externos

Os regulamentos externos relacionados com a actividade da empresa e que esta está obrigada a observar são, designadamente, os seguintes:

Regulamento do Sistema Tarifário dos Portos do Continente, aprovado por Decreto-Lei nº 273/2000, de 9 de Novembro que estabelece um conjunto de normas e procedimentos a observar na elaboração dos regulamentos de tarifas de cada porto.

Regulamento Geral do Serviço de Pilotagem: Regulamento aprovado pelo Decreto-Lei nº48/2002, de 2 de Março, que estabelece um conjunto de normas reguladoras da prestação do serviço de pilotagem nos portos portugueses.

Regulamento da Náutica de Recreio: Regulamento aprovado pelo Decreto-Lei nº124/2004, de 25 de Maio, que estabelece um conjunto de normas reguladoras da actividade náutica de recreio.

Regulamento nº725/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho de 31 de Março: Regulamento Comunitário que aprova o Código Internacional para a Protecção dos navios e das Instalações Portuárias (Código ISPS), o qual consagra um conjunto de normas no âmbito do transporte marítimo em especial no que respeita à protecção contra ameaças terroristas no tráfego marítimo.

O Decreto-Lei nº226/2006, de 15 de Novembro, que veio estabelecer as modalidades de cooperação entre entidades com competências no âmbito da segurança e protecção dos navios e das instalações portuárias, bem como enquadrar no ordenamento jurídico nacional as disposições comunitárias sobre a matéria, tendo em

vista a adopção, execução e cumprimento integrais do Código Internacional para a Protecção dos Navios e das Instalações Portuárias (código ISPS).

O Decreto-Lei nº284/2003, que transpôs para a ordem jurídica interna a Directiva nº2001/106/CE do Parlamento e Conselho Europeus, de 19 de Dezembro, relativa à aplicação aos navios que escalem os portos da comunidade ou naveguem em áreas sob a jurisdição dos Estados membros das normas internacionais respeitantes à segurança de navegação, à prevenção de poluição e às condições de vida e do trabalho a bordo dos navios e a Directiva nº2001/84/CE, do Parlamento e do Conselho Europeus, de 5 de Novembro, que altera a primeira no domínio da segurança marítima e de prevenção de poluição por navios.

Decreto-Lei nº46/2002, de 2 de Março, que atribui às autoridades portuárias a competência integrada em matéria de segurança nas suas áreas de jurisdição.

Decreto-Lei nº 49/2020, de 2 de Março, que estabelece o regime jurídico das contra-ordenações a aplicar nas áreas de jurisdição das autoridades portuárias.

Regulamentos Comunitários e da Organização Marítima Internacional (IMO) sobre segurança e protecção portuária e da navegação.

Regime da Operação Portuária – Decreto-Lei nº298/93, de 28 de Agosto.

Estatuto do Agente de Navegação, Decreto-Lei nº76/89, de 3 de Março, alterado pelo Decreto-Lei nº148/91, de 12 de Abril.

Decreto-Lei nº 421/1999, de 21 de Setembro, que aprova o Estatuto do Pessoal das Administrações Portuárias

Decreto-Lei nº 324/1994, de 30 de Dezembro, que aprova as bases gerais das Concessões do serviço público de movimentação de cargas em áreas portuárias.

Lei nº38/2005, de 29 de Dezembro, Lei da Água e demais diplomas regulamentares referentes ao regime de utilização dos recursos hídricos e respectivo licenciamento tais como, o Decreto-Lei nº226-A/2007, de 30 de Maio e Portaria nº1450/2007, de 12 de Novembro designadamente, quanto à captação de água, rejeição de águas residuais e imersão de dragados, entre outros.

6. Transacções relevantes

Constitui “Transacção relevante” a transferência de 4,5% dos proveitos registados na conta 72 – “Prestação de Serviços”, excluindo a receita do serviço de pilotagem, para o IPTM – instituto Português dos Transportes marítimos, em conformidade com o estipulado na alínea d) do nº1 do artigo 28º dos estatutos do IPTM, publicados em anexo ao Decreto-Lei nº257/2002, de 22 de Novembro. Para o exercício de 2009, a percentagem acima referida manteve-se inalterada, encontrando-se fixada no n.º 1 do Despacho n.º 4975/2009, de 29 de Janeiro.

7. Modelo de Governo

Os órgãos sociais que iniciaram mandato com o começo da actividade da nova Empresa têm a seguinte composição:

Mesa da Assembleia Geral:

Para o triénio 2008-2010

- **Presidente da Mesa:** Município de Viana do Castelo representado pelo Presidente da Câmara Municipal
- **Secretário:** Dr. Sebastião Simões Marques

Conselho de Administração e respectivos pelouros:

- **Presidente:** Eng.º João Pedro Soeiro de Matos Fernandes, áreas Comercial, Formação e Recursos Humanos;
- **Vogal:** Eng.º Emílio Fernando Brògueira Dias: áreas das Obras, Operação Portuária, Segurança, Manutenção e Dominial;
- **Vogal:** Dr.ª Maria Gabriela de Castro Chouzal áreas Administrativa, Financeira e Sistemas de Informação.

O Conselho de Administração para deliberar sobre as matérias mais relevantes da actividade da empresa, efectuou 20 reuniões durante o ano de 2009.

Fiscal Único: PRICEWATERHOUSECOOPERS & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por José Pereira Alves, ROC, tendo como suplente José Manuel Henriques Bernardo.

Estrutura de Gestão:

- **Director Coordenador:** Arq.º Vasco Fernando de Melo e Azevedo Cameira
- **Director de Operações e Segurança:** Cte. José Gomes da Silva Alves
- **Divisão Administrativa e Financeira:** Dr. Carlos Alberto Vieira da Rocha
- **Divisão Comercial e de Sistemas de Informação:** Cte. João Manuel Ribeiro Lomba da Costa
- **Pilotagem:** Cte. Luís Daniel Cerqueira Malheiro do Vale
- **Departamento de Exploração:** António José Fonseca da Costa Maia
- **Departamento de Manutenção:** José Fernandes Martins Machado

8. Remunerações dos membros dos órgãos sociais

Mesa da Assembleia Geral: Não remunerados.

Conselho de Administração: Não remunerados.

Órgãos de fiscalização

A prestação de serviços por parte do ROC, bem como a respectiva formalização, correm os seus termos pelo órgão de administração. Em 14 de Maio de 2009 foi celebrado o contrato de prestação de serviços de revisão legal de contas, com a firma PRICEWATERHOUSECOOPERS & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., para o período de 2009 a 2011, estabelecendo uma avença anual de 10 000 euros, podendo a mesma ser actualizados no início de cada exercício, através de acordo escrito.

9. Sustentabilidade da empresa

A APVC enquanto autoridade portuária e empresa prestadora de serviços prossegue uma política de gestão responsável seja ao nível da sua intervenção social e económica, seja assumindo de forma crescente as suas responsabilidades na prevenção de impactos negativos decorrentes do vasto leque de actividades desenvolvidas na sua área de jurisdição. Implementa ou exige de terceiros que cumpram com a normativa juridicamente eficaz que regula aquelas diferentes actividades, estimula que todas as entidades também o façam e adopta medidas mitigadoras ou de compensação dos impactes ambientais que possam resultar das diferentes actividades desenvolvidas.

10. Controlo de riscos

Face às diferentes actividades desenvolvidas na sua área de jurisdição, a APVC encontra-se exposta a um conjunto variado de riscos que devem ser convenientemente avaliados e acompanhados. Dos principais riscos destacam-se:

Regulação – a APVC deve assegurar o acompanhamento dos dispositivos legais e normativos que por obrigação deve cumprir visto estar sujeita à regulação sectorial exercida pelo IPTM – Instituto Português dos transportes Marítimos;

Concorrência – sobretudo do modo rodoviário que assegura grande mobilidade e flexibilidade e, também, do sistema portuário galego pela sua proximidade geográfica e da rede logística de que dispõe;

Estrutura de mercadorias – apenas 3 tipos de mercadorias asseguram mais de 70% do movimento anual de cargas;

Operacional – riscos inerentes à própria actividade portuária, sobretudo nas operações à carga e ao navio. A APVC dispõe de normas de Segurança Marítima e Portuária e de Plano de Protecção das Instalações Portuárias no âmbito do cumprimento do código ISPS (International Ship and Security Code);

Ambiental – São avaliados os impactes ambientais das actividades desenvolvidas pela APVC ao nível da operação e da elaboração e desenvolvimento dos projectos dando-se prioridade à eliminação, minimização ou mitigação dos impactes;

Evolução tecnológica – Investimento no processo de integração da informação associada ao meio de transporte e à mercadoria (Janela Única Portuária)

Os mecanismos de gestão do risco na APVC, que agora completa o seu primeiro ano como empresa, estão ainda em fase de reavaliação.

11. Princípios de Bom Governo

A APVC desenvolve as suas actividades segundo os princípios da transparência, respeito pelo ambiente, cumprimento das normas de segurança das operações portuárias e dos regulamentos e normativos urbanísticos dentro da sua área de jurisdição. Estes princípios estão divulgados no seu portal electrónico (www.apvc.pt) que integra todos os aspectos inerentes ao bom governo da empresa, à promoção e desenvolvimento da comunidade portuária deles se destacando:

- A estrutura da administração da empresa e divulgação dos seus estatutos sociais e organigrama;
- A apresentação da missão e principais linhas estratégicas de desenvolvimento;
- A apresentação das acções e projectos que integram aquela estratégia;
- O acompanhamento dos investimentos em curso;
- O relatório de contas anual;
- As estatísticas portuárias mensais e anuais;
- Os regulamentos de exploração e de tarifas; e
- As normas e procedimentos de segurança marítima e portuária.